



PREFEITURA DE MARMELEIRO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MAIO/2015

LUIZ FERNANDO BANDEIRA
Prefeito

JOSÉ IVANIR PILATI
Vice-Prefeito

VANDRÉ JOÃO SIGNORI
Diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura

PEDRO PASTORIZA
Presidente da Câmara de Vereadores

ALCINDO NERIKUES DIAS
AMILTO DE OLIVEIRA LIMA
ARI VICENTE MÜLLER
ILÁRIO FAGUNDES DE OLIVEIRA
JAIR POLICENO
SENO STAATS
SILVIA MICHELON
VILSON HARTIWIG
Vereadores

GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARMELEIRO

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Maísa Piovesan Soranso
Coordenadora

Liane Pelegrini Acco
Cláudia Maria Spolti Baldissera
Marilce Machado Bednarski

EDUCAÇÃO INFANTIL

Sirlei Fachin Bernardi
Coordenadora

Luana Backof Scheuermann
Alexandra Martini de Lara
Cristiani Gonzaga de Oliveira
Rita Cleide Arend da Silva
Paula Scheuermann Krause

ENSINO FUNDAMENTAL

Edinéia Maria Battisti Junges
Coordenadora

Cláudia Acco
Marilei Gallina de Moraes
Juleide Maria Guindani Gehlen
Tânia Girelli
Débora Israel Galli
Marinalda de Castro Barbosa
Danielli Cavalli Fantinelli
Kelli Juliana Pacheco Arisi

ENSINO MÉDIO

Celso Scolari
Coordenador

Marivone Nardi Scolari
Lúcia Clair Flach Pasquali
René Duguay de Liz
Jobber José da Silva

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Gema Zambilo
Coordenadora

Ivanete Dalla Costa Guarda
Fernanda de Castro Furlanetto
Rafael Zanbam

Ivanir Buratto

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Helena Heckler
Coordenadora

Elaine dos Santos Alves
Mauro Fischer
Delir Aparecida Cazuni
Edijane Lago Baldissera Carniel

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ana Lucia Bottega
Coordenadora

Elton Gehlen
Janete Aparecida Laitharth e Silva Vial
Ângela Maria Dalla Rosa Lorensi
Andréia Testolin Rodrigues

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Silvana Tonial Confortim
Coordenadora

Amanda de Souza Lourenço
Soni Mara Zardinelo
Juvilde Brum Krassmann
Rosângela Prestes da Silva
Vera Lucia Ortolan

FORMAÇÃO DOS PRFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Vanderlei Antônio Gallina
Coordenador

Bernadete krenchinski Coan
Ronilse Margarete Scheid Montagna
Cleudes Aparecida Coletti
Rita Cleide Biava Arisi

FINANCIAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Vanderléia Maria Battistella Politta
Coordenadora

Marizete Olinquevez
Regina Michelin Farias
Darnely Antônio Pontes
Marlise Noll Poltroniere
Idiones Maria Bruni Padilha

Nair de Fátima Dezorde

GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Ana Maria Dalla Rosa
Coordenadora

Andrisa Lodi Gomes da Silva

Marlene Cardoso Ghizzi

Jociane Naiara Junges

Ernani Menzen

CONSULTORIA
GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	
LISTA DE FIGURAS.....	
LISTA DE GRÁFICOS.....	
LISTA DE TABELAS.....	
I - APRESENTAÇÃO.....	
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	
6. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	
III - DIAGNÓSTICOS.....	
1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	
1.1 Oferta.....	
1.2 Infraestrutura.....	
1.3 Matrículas.....	
1.4 Recursos Humanos.....	
1.5 Gestão.....	
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	
2.1 Oferta.....	
2.2 Matrículas.....	
2.3 Infraestrutura.....	
2.4 Desempenho dos Alunos.....	
2.5 Recursos Humanos.....	
2.6 Gestão da Rede Municipal de Ensino.....	
2.7 Gestão da Rede Estadual de Ensino.....	
2.8 Gestão da Rede Privada de Ensino.....	
3. ENSINO MÉDIO.....	
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	
7.1 Atendimento na Instituição Especializada.....	
7.2 Atendimento no Ensino Regular.....	
8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	

9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....
9.1 Financiamento.....
9.2 Gestão.....

IV - METAS E ESTRATÉGIAS.....

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....

DOCUMENTOS CONSULTADOS.....

SITES CONSULTADOS.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIMAR	Associação Comercial e Empresarial de Marmeleiro
AFM	Associação dos Funcionários Municipais de Marmeleiro
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAEDV	Centro de Atendimento Especializado Deficiência Visual
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
ITR	Imposto Territorial Rural
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
PH	Potencial Hidrogeniônico
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAAMAR	Sociedade Aquática Amigos de Marmeleiro
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	Universidade Paranaense
UNISEP	União de Ensino do Sudoeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS E QUADRO

- Figura 1. Município de Marmeleiro com destaque na região sudoeste do Paraná.....
- Figura 2. Municípios limítrofes de Marmeleiro.....
- Figura 3. Divisão administrativa de Marmeleiro.....
- Figura 4. Mapa do município de Marmeleiro.....
- Figura 5. Imagens históricas de Marmeleiro.....
- Figura 6. Vista aérea do município de Marmeleiro.....
- Figura 7. Símbolos municipais de Marmeleiro.....
- Figura 8. Atividades econômicas do município de Marmeleiro.....
- Figura 9. Desenvolvimento econômico do município de Marmeleiro.....
- Quadro 1. Galeria dos prefeitos que atuaram no Município desde a sua emancipação.....

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.1. Atendimento da educação infantil, por rede de ensino (em %), 2015
- Gráfico 2.1. Atendimento do ensino fundamental, por rede de ensino (em %), 2015

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Censos e estimativas da população de Marmeleiro, 1970/2013.....
Tabela 2.	Estabelecimentos por setor, 2015.....
Tabela 3.	Instituições de ensino existentes no município, 2015.....
Tabela 4.	Infraestrutura das instituições de ensino existentes no Município, 2015.....
Tabela 1.1.	Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015.....
Tabela 1.2.	Instituições que possuem lista de espera, 2015.....
Tabela 1.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....
Tabela 1.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....
Tabela 1.5.	Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015.....
Tabela 1.6.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015.....
Tabela 1.7.	Dados sobre recursos humanos da rede municipal, 2015.....
Tabela 1.8.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede privada de ensino, 2015.....
Tabela 1.9.	Projetos realizados nas instituições de ensino, 2015.....
Tabela 1.10.	Parcerias, 2015.....
Tabela 1.11.	Atividades complementares desenvolvidas nas instituições municipais que ofertam a educação infantil, 2015.....
Tabela 2.1.	Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....
Tabela 2.2.	Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015.....
Tabela 2.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....
Tabela 2.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015...
Tabela 2.5.	Rendimento e movimento escolar no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014.....
Tabela 2.6.	Ações desenvolvidas pelas instituições de ensino, 2015.....
Tabela 2.7.	Resultados do IDEB no ensino fundamental de Marmeleiro e as metas previstas, 2007-2021.....
Tabela 2.8.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....
Tabela 2.9.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede

	estadual de ensino, 2015.....
Tabela 2.10.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede privada de ensino, 2015.....
Tabela 2.11.	Formação continuada, 2015.....
Tabela 2.12.	Projetos desenvolvidos pelas instituições municipais que ofertam o ensino fundamental, 2015.....
Tabela 2.13.	Parcerias das instituições municipais que ofertam o ensino fundamental, 2015.....
Tabela 2.14.	Projetos desenvolvidos pelas instituições estaduais que ofertam o ensino fundamental, 2015.....
Tabela 2.15.	Parcerias das instituições estaduais que ofertam o ensino fundamental, 2015.....
Tabela 2.16.	Dados complementares das instituições privadas que ofertam o ensino fundamental, 2015.....
Tabela 3.1.	Instituições que ofertam o ensino médio regular, 2015.....
Tabela 3.2.	Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015.....
Tabela 3.3.	Rendimento e movimento escolar dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014 (em %)......
Tabela 3.4.	Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015.....
Tabela 3.5.	Oferta de formação continuada, 2015.....
Tabela 3.6.	Projetos desenvolvidos pelas instituições estaduais que ofertam o ensino médio, 2015.....
Tabela 3.7.	Parcerias das instituições estaduais que ofertam o ensino médio, 2015.....
Tabela 6.1.	Situação empregatícia do Município, 2014-2015.....
Tabela 6.2.	Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município, 2014.....
Tabela 6.3.	Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes, 2015.....
Tabela 7.1.	Total de alunos atendidos, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015.....
Tabela 7.2.	Total de alunos atendidos na Escola Entre Amigos, 2015.....
Tabela 7.3.	Infraestrutura da Escola Entre Amigos, 2015.....
Tabela 7.4.	Recursos humanos da Escola Entre Amigos, 2015.....
Tabela 7.5.	Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Escola Entre Amigos, 2015.....
Tabela 7.6.	Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015.....
Tabela 7.7.	Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015.....

Tabela 7.8.	Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015.....
Tabela 7.9.	Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015.....
Tabela 7.10.	Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015.....
Tabela 9.1.	Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....
Tabela 9.2.	Despesas com Educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015.....
Tabela 9.3.	Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015.....
Tabela 9.4.	Indicadores de educação, 2013 – 2015.....
Tabela 9.5.	Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015.....
Tabela 9.6.	Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015.....
Tabela 9.7.	Transporte escolar anual de alunos, 2013 – 2015.....
Tabela 9.8.	Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015.....

I - APRESENTAÇÃO

“Quando a educação resulta de um encontro e um diálogo entre pessoas livres e capazes de definir o próprio futuro, ela é considerada com um bem precioso, pois resultou do sonhar, do pensar e do querer da própria comunidade. A comunidade sente que é dona da educação. Esta é a verdadeira educação de qualidade, democrática, participativa, resultante da parceria entre o mundo social, o mundo escolar e o mundo do trabalho e do lazer.”

Cosete Ramos

Como forma de avançar cada vez mais, na direção de uma educação de qualidade e com o objetivo de que ela cumpra com sucesso, o seu papel transformador da sociedade que se tem, naquela que se almeja, bem como em respeito às determinações legais expressas pela LDB e pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), é que se construiu o Plano Municipal de Educação (PME) de Marmeleiro.

O envolvimento da sociedade, por meio de agentes compromissados com a melhoria da educação, foi decisivo para a construção deste PME, contemplando em sua proposta, as metas nacionais e estratégias geradoras de ações a serem implementadas, tanto imediatas como a curto, médio e longo prazo, para a oferta de educação com qualidade a todos os munícipes.

O PME de Marmeleiro constitui-se num planejamento educacional, projetado para um período de dez anos, e num instrumento apto para fazer com que a educação deste Município possa continuar sendo um alicerce do desenvolvimento econômico, cultural e social de toda a sua sociedade.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Localização: o município de Marmeleiro localiza-se no Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava, na região sudoeste do Paraná e conta com uma área de unidade territorial de 388 quilômetros quadrados.

Latitude e Longitude: Marmeleiro está entre a latitude 26° 08' 56" S e longitude 53° 01' 33" W, estando a uma altitude média de 660 metros em relação ao nível do mar, com variações em alguns pontos do seu território de 600 a 900 metros de altitude.

A figura 1 mostra o município de Marmeleiro no Estado do Paraná, localizado na microrregião 16, de Francisco Beltrão.



Figura 1. Município de Marmeleiro com destaque na região sudoeste do Paraná

Fonte: Prefeitura do Município de Marmeleiro, 2015.

Municípios limítrofes: Marmeleiro se limita ao norte com Francisco Beltrão; ao leste com Renascença; ao sul com estado de Santa Catarina; ao oeste com Flor da Serra do Sul.



Figura 2. Municípios limítrofes de Marmeleiro
 Fonte: Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

Divisão administrativa: a cidade de Marmeleiro é formada pelo centro e pelos seguintes bairros: Alvorada, Ipiranga, Santa Rita, Araucária, Passarela, Três Pinheiros (COOPHAMAR) Perin, Jardim Bandeira e Industrial, Vila Roma e o Distrito Alto São Mateus.

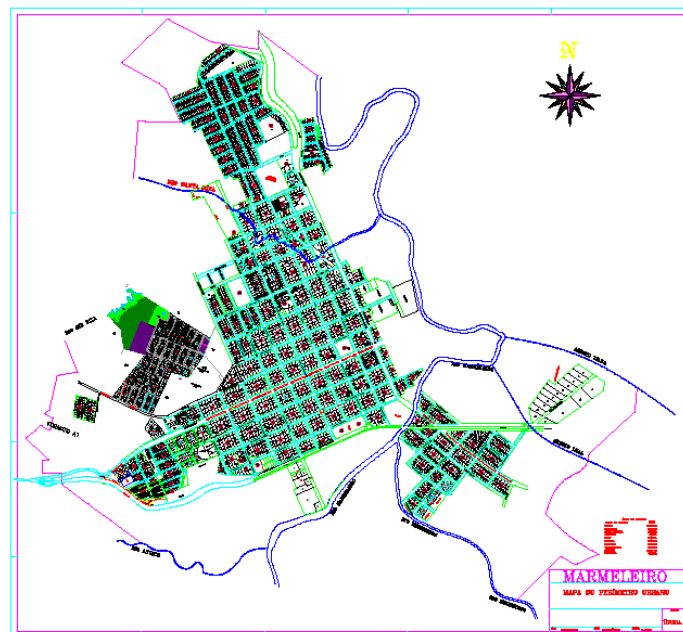


Figura 3. Divisão administrativa de Marmeleiro
 Fonte: Prefeitura do Município de Marmeleiro, 2015.

Localidades da zona rural: Água Branca, Água Verde, Alto São Mateus, Anjo da Guarda, Assentamento São Jorge, Barra Bonita, Bela Vista, Bom Jesus Faxinal do Campo Erê, Fazenda Doca, Felix, Gruta, Guaraci, Hípica, Itaíba, Jandira, Km Dez, Km Dezoito, Km Quatro, Km Quinze, Km Seis, Manduri, Medianeira, Negreiro, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Carmo, Novo Progresso, Novo São João, Padre Anchieta,

Palmeirinha, Perseverança, Pocinho, Rio Burrinho, Rio Fria, Rio Quibebe, Sanga Seca, Santa Luzia, Santa Terezinha, Santo Antônio, São Brás, São Domingos, São Francisco, São Jorge, São José, São Luiz, São Mateus, São Pedro, São Sebastião, Tigre Preto e Vale Dourado.

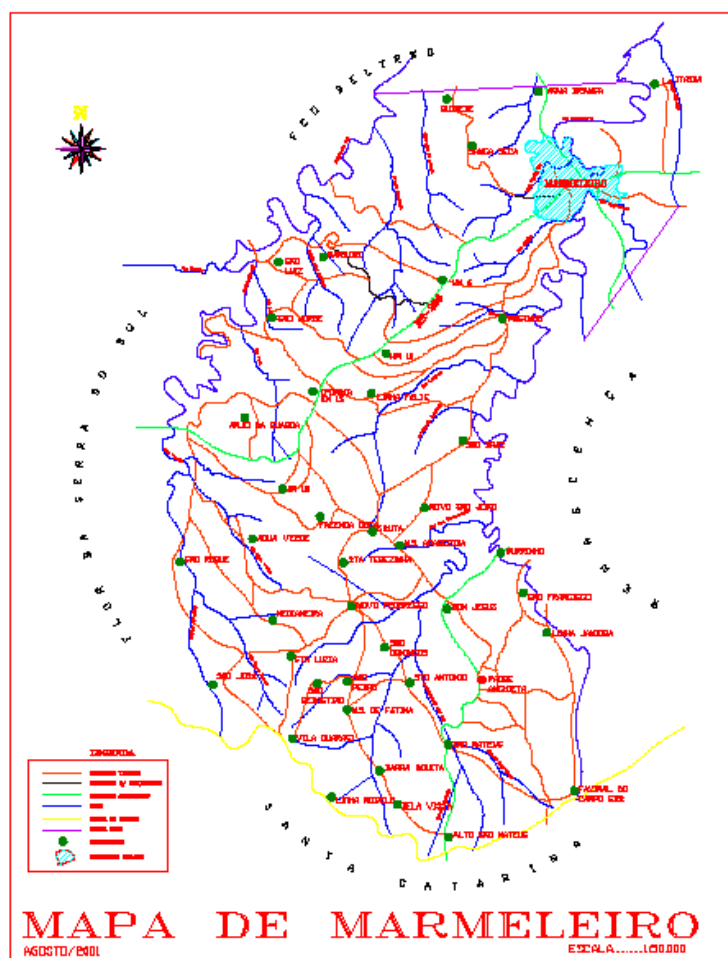


Figura 4. Mapa do município de Marmeleiro
Fonte: Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

Distância para capital: o município de Marmeleiro conta com uma área de unidade territorial de 388 quilômetros quadrados a uma distância de 484 quilômetros de Curitiba (Capital).

Acessos rodoviários: Rodovia PRT 180 que liga Marmeleiro a Campo Erê – SC e Marmeleiro a Francisco Beltrão; Rodovia PR 280 que liga Marmeleiro a Pato Branco e Rodovia BR 280 que liga Marmeleiro a Flor da Serra.

Clima: o clima do Município de Marmeleiro é subtropical, clima temperado úmido, com as estações do ano bem definidas. No verão, faz muito calor, mas pela noite e de manhã, a temperatura é mais branda, tornando assim a região muito agradável. No inverno faz frio, ocorrendo algumas geadas. Há ocorrência de geadas nos meses de maio a setembro.

Temperatura média anual: a média anual máxima de temperatura é de 24°C e a média anual mínima de temperatura é de 14°C, sendo que a média anual de

temperatura fica em 18°C. A média pluviométrica anual é de 2.015 milímetros, ventos predominantes de nordeste para sudoeste, sem estação seca definida.

Umidade relativa do ar (média anual): segundo o Ministério da Agricultura, a média anual é de 75%.

Vegetação: a vegetação predominante do município de Marmeleiro é a subtropical, floresta perenifólia. É formada por matas e submatas. Nas matas são encontradas as seguintes espécies vegetais: araucária, erva-mate, cedro, canela, jabuticabeira, ipê amarelo, louro, canjarana, grábia, marmeleiro, peroba, gabirobeira, açoita cavalo, pessegueiro, angico, guajuvira entre outras. Na submata encontra-se: xaxim, pessegueiro branco, palmito, ingá, urtigas, taquara, vassoura, samambaia, asa peixe, fumeiro bravo, pata de vaca, umbu, Maria mole, capim de cachorro, cipós e outras espécies de gramíneas.

Fauna: a fauna nativa remanescente tem seu abrigo junto a pequenas áreas de preservação permanente e nas matas ciliares. Existem algumas aves que sobreviveram, escapando da extinção, tais como: pombas, jacus, inhambus, sabiás, quero-queros, andorinhas, joões-de-barro, caturritas, tico-ticos, gaviões, saracuras, canários e outros. Também são encontrados animais tais como: micos, raposas, pacas, lebres, ratos, tatus, lagartos, cobras, gatos do mato, graxains, preás e outros; animais aquáticos: peixes (traíra, cascudo, carpa, lambari, joanas, saicangas, entre outros). Nas margens dos rios e lugares úmidos são encontrados rãs e sapos.

Solos: os solos predominantes no Município são os Latossolos e Neossolos. Estes solos apresentam fertilidade moderada, PH (Potencial Hidrogeniônico, que influenciam na capacidade da planta absorver nutrientes) médio (4,5 a 5,5), alto teor de alumínio, baixos níveis de fósforo, teores médios de potássio e matéria orgânica, solos facilmente degradados pela erosão.

Relevo: o relevo de Marmeleiro apresenta topografia diversificada: plana, levemente ondulada, ondulada e fortemente ondulada. Planaltos: é encontrado em quase toda extensão, é a forma de relevo predominante no Município. Serras: são encontradas na divisa de Marmeleiro com Campo Erê.

Bacias hidrográficas: a rede da bacia hidrográfica do município de Marmeleiro que está toda inserida na Bacia do Rio Chopim, é formada por afluente na margem esquerda do Rio Chopim, que por sua vez é afluente da margem esquerda do Rio Iguazu. O Município possui duas bacias hidrográficas principais, denominadas Bacia do Rio Marmeleiro que é formado pelos rios das Derrubadas, Faxinal, Carafá, Lambari, Negreiro; e Bacia do Rio Marrecas, formada pelos rios Água Verde, Tigre Preto, Verde, Fria, Lata, Quibebe, Água Branca e Mandurim. Apresentando dentro de seu território, um total de 407 mil metros lineares de rios, córregos e riachos.

Área de reserva florestal: a população tem se preocupado com a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, sendo que o mesmo recebe desde 1993 o recurso do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico, para aplicações em ações de recuperação e preservação do mesmo, principalmente na Bacia do Rio Marrecas, como também na Bacia do

Rio Marmeleiro, abrangendo assim, o Município como um todo. Segundo a Lei nº 991, de 2000, o Município aplica 50% do ICMS Ecológico recebido mensalmente, pelo fato de possuir parte da bacia hidrográfica do manancial de abastecimento público dentro de seu território, para o município de Francisco Beltrão, sendo considerada como área protegida.

Triagem do lixo: o Município de Marmeleiro implantou em 2001, o projeto “Triagem do lixo, seco e molhado”, atingindo principalmente a área urbana, sendo que na zona rural há três escalas de coleta, fato que contribui para o melhoramento da qualidade de vida da população.

O Departamento do Meio Ambiente e Recursos Hídricos trabalha com foco predominante na qualidade de vida das pessoas e o equilíbrio ambiental. Assim, várias ações são desenvolvidas, tais como:

- Incremento mata ciliar (construção de cerca para reposição da mata ciliar);
- Programa de desenvolvimento florestal;
- Viveiro florestal (distribuição de mudas nativas diversas);
- Programa para diagnóstico do uso e ocupação do solo da área da bacia de manancial (mapeamento e cadastro técnico das propriedades rurais);
- Uso de agroquímico (distribuição de abastecedouros comunitários e orientação a produção orgânica e diminuição de aplicações de agrotóxicos);
- Poluição por animais domésticos (realocação de instalações em áreas de preservação permanente para local adequado);
- Recuperação de área degradada (recuperação e conservação de solos);
- Projeto Sacolas retornáveis - Eco Marmeleiro (substituir o uso de sacolas plásticas por sacolas retornáveis);
- Projeto Triagem de lixo (resolução dos problemas e transtornos com relação aos resíduos sólidos);
- Projeto Marmeleiro Ecológico (pontos de coleta de lixo eletrônico, óleo de cozinha, pilhas e baterias, isopor, pneus, medicamentos);
- Projeto de bolsas (coleta seletiva);
- Projeto de compostagem (resíduos orgânicos domiciliares);
- Projeto de desenvolvimento da semana do meio ambiente;
- Projetos de extensão com parcerias das universidades – Universidade Paranaense (UNIPAR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) de Francisco Beltrão;
- Gincana ecológica;
- Campanhas do dia da árvore, dia do rio, dia da água, combate a queimadas;
- Parceria com Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) no projeto resgatando a dignidade; com conselho municipal de meio ambiente, vigilância sanitária, agentes de saúde, UNIOESTE, UTFPR, UNIPAR, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Associação Comercial e Empresarial de Marmeleiro (ACIMAR), Casa Familiar Rural (CFR), Colégio Estadual de Marmeleiro, Escola Telmo Otávio Müller, Urioplast e Urio Baterias, Instituto Ambiental do Paraná, Grupo de Pesquisas em Geotecnologias, Instituto das Águas do Paraná, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Departamentos municipais de Saúde, Educação, Esporte, Urbanismo, Viação e Obras, Administração.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

O processo de colonização de Marmeleiro começou por volta de 1887. Muitos colonos tentavam chegar até as proximidades de Marmeleiro, mas desistiram por serem repelidos pelos índios Tupi-guaranis. Outros abandonaram a área devido a inexistência de caminhos. Havia milhares de imensos pinheiros. As primeiras famílias chegaram por volta de 1915. Um documento histórico aponta que o primeiro habitante, Francisco José Siqueira, teria chegado em 1887.

No ano de 1912, Manoel Ribeiro Leal, residia em Ponta Grossa, sendo orientado e incentivado pelo Dr. Artur Lemes, do Departamento de Terras em Curitiba, para ocupar terras no sudoeste do Paraná. Assim fez, deslocando-se para a região e fixando residência provisória em Campo Erê, juntamente com dois funcionários, Pedro Esterlino e Vicente Teixeira.

Mais tarde, partiram em busca de terras férteis, as quais encontraram nas margens do Rio Marmeleiro começando as plantações. No ano seguinte, quando foram àquele local para colherem as plantações, foram repelidos pelos índios Tupi-guaranis que habitavam aquelas imediações; na retirada inesperada, os mesmos tiveram necessidade de atravessar o Rio Marmeleiro a nado, pois esse rio estava fora do nível. Nessa travessia, morreu afogado Vicente Teixeira (no local, hoje denominado Passo da Sepultura). Pedro Esterlino não podendo atravessar o rio, deixou seu animal naquele local e partiu a pé rio acima, com destino a Campo Erê, levando três dias para chegar àquela localidade.

No início da colonização, as famílias derrubavam as matas para plantar milho, feijão, trigo, mandioca, arroz, e criação de galinhas, porcos e bois. Nessa região, existiam grandes extensões de pinheirais, motivando a vinda de mais famílias migrantes, que instalaram as primeiras serrarias de extração e beneficiamento de madeira.



Figura 5. Imagens históricas de Marmeleiro

Fonte: <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/> (acesso em 19/05/2015)

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do Município foi a construção da estrada estratégica ligando a cidade de Pato Branco a Francisco Beltrão, dando início a uma nova era.

Em 1948, os irmãos Leal estabeleceram-se com o comércio no local que hoje pertence ao perímetro urbano da cidade, no mesmo ano, os irmãos Dalla Costa construíram uma serraria e em seguida, Nicolau Brandão também se instalou com casa comercial.

Em 1949, instalou-se a firma Dambros, Piva & Cia, com matriz em Carazinho, adquirindo uma vasta área de terra, dando início a uma nova colonização, tendo em vista a facilidade que a firma oferecia a quem pretendia construir, até uma usina hidrelétrica foi construída nesse local.

Dessa forma, muitas famílias e empresas continuaram estabelecendo-se no Município. Em decorrência do crescimento do vilarejo e da economia, uma comissão de pioneiros decidiu, em 1958, reivindicar a emancipação de Marmeleiro, desmembrando dos municípios de Francisco Beltrão e Clevelândia.

O projeto foi apresentado em 1959, pelo deputado Cândido de Oliveira, na Assembleia Legislativa recebendo aprovação, e no dia 25 de julho de 1960, quando o governador Moisés Lupion assinou a Lei Estadual 4245/60, criando o Município. No mês seguinte, Telmo Octávio Müller foi nomeado administrador municipal até que ocorresse a primeira eleição municipal. A instalação oficial ocorreu em 25 de novembro de 1961, dia que assume o primeiro prefeito eleito, Assis Gabriel Bandeira, após eleições municipais de outubro de 1961. Essa data é adotada como Dia do Município.

O nome do Município é originário da árvore marmeleiro (*rupretchia laxiflora*), existente em abundância na época, à margem do rio.

O Município teve na sua economia a agropecuária como uma das principais atividades geradoras de renda e passou por duas fases distintas antes de tomar as características atuais, assim denominadas: 1ª fase – extrativista (extração de erva-mate e madeiras) e 2ª fase – exploração agropecuária.

A fase extrativista teve início nas décadas de 1930 e 1940, tendo seu auge nas décadas de 1960 e 1970, diminuindo sua intensidade na década de 1980, devido a redução dos recursos naturais (matas nativas).

A fase de exploração agropecuária teve início no final da década de 1950, vindo a se intensificar na década de 1980, quando praticamente todas as terras com aptidão agrícola foram ocupadas.

Marmeleiro também é conhecido como Passarela do Sudoeste, devido a sua localização geográfica privilegiada, que forma o entroncamento rodoviário no sudoeste do estado. O Município é passagem obrigatória para quem viaja pelo sudoeste com destino à Argentina, Santa Catarina, e região oeste do Paraná.

Atualmente (2015), o Município conta com algumas indústrias, as quais impulsionam a economia juntamente com os produtos agropecuários, fatores do desenvolvimento social e econômico e por consequência a melhoria da qualidade de vida a seus munícipes.












Figura 6. Vista aérea do município de Marmeleiro
 Fonte: www.facebook.com/marmeleiopr (acesso em 19/05/2015)

O povo marmeleirense, de forma geral, tem características de povo alegre, hospitaleiro e trabalhador, com descendência cultural italiana, alemã, polonesa e outras etnias, as quais enriquecem a cultura e preservam a origem do seu povo.

O quadro a seguir apresenta todos os prefeitos eleitos e a formação da Câmara de Vereadores desde a emancipação do Município.

Quadro 1. Galeria dos prefeitos que atuaram no Município desde a sua emancipação

	<p>Nome: Assis Gabriel Bandeira (Primeiro prefeito eleito). Gestão: 1961 a 1965. Vice-Prefeito: neste mandato inexistiu o cargo de vice-prefeito. Composição Câmara: Dorival Brandão, Francisco Marques Vaz, Henrique Adolfo Ferronato, João Bednarski, Filomeno Pansera, José Floriano Brandão, Laurindo Crestani, Arlindo Buratto e Nelson Moroni.</p>
	<p>Nome: Telmo Octávio Müller (Segundo prefeito eleito). Gestão: 1965 a 1970. Vice-Prefeito: Murilo de Jesus Carneiro. Composição Câmara: Crescêncio Cazuni, Alcides Bernardi, Ignácio Felipe, Ari Müller, Enéas Passos, Edeimar da Conceição Bandeira, Isidoro Lírio Flach, Tranquilo Zonta e Quirino Dalla Costa.</p>
	<p>Nome: Rigoletto Andreoli (Terceiro prefeito eleito). Gestão: 1970 a 1973. Vice-Prefeito: Fiorenzo Dalla Líbera. Composição Câmara: Ignácio Felipe, Emílio Magno Glatt, Giacomo Perin, Diomedes Andreoli, Herbert Anton Schiffli, Genuíno Acco, Oscar Arend, Paulo Flessak Sobrinho e Quirino Dalla Costa.</p>

	<p>Nome: Assis Gabriel Bandeira (Quarto prefeito eleito). Gestão: 1973 a 1976. Vice-Prefeito: Ignácio Felipe. Composição Câmara: Antenor Balbinot, ElsoSadiGhidini, Isidoro Lírio Flach, Murilo de Jesus Carneiro, Osvaldo Agostini, Próspero Valmir Ceccato, Romário Rodrigues de Lima, Ângelo Tafarel e Bernardo Antônio da Costa.</p>
	<p>Nome: Herbert Anton Schiffel (Quinto prefeito eleito). Gestão: 1977 a 1982. Vice-Prefeito: Murilo de Jesus Carneiro. Composição Câmara: Osvaldo Agostini, Nelson Moroni, Edy Rodrigues Coelho, Oscar Arend, Irineu Baggio, Ignácio Felipe, Juvenal Ghattino, Ervino Richter e Valderi Silvestre Morás.</p>
	<p>Nome: Juvenal Ghattino (Sexto prefeito eleito). Gestão: 1983 a 1988. Vice-Prefeito: Flávio Araújo Bortolon. Composição Câmara: Oreste Guquelim, Danilo Pavan, Nicolau Kaefer, Antoninho Biava, Antônio José Perin, Valdevino Maciel, Ari Müller, SadyPrevedelo Vieira e Vitório Walker.</p>
	<p>Nome: Osvaldo Agostini (Sétimo prefeito eleito). Gestão: 1989 a 1992. Vice-Prefeito: Mário Junges. Composição Câmara: Wilson José Castelli, Danilo Pavan, Ademir Flach, Irineu Baggio, Onório Savenhago, Ismael Carneiro Neto, José IvanirPilatti, Assis de Souza Lírio e Neri Pereira Gomes.</p>
	<p>Nome: Valmor Felipe (Oitavo prefeito eleito). Gestão: 1993 a 1996. Vice-Prefeito: Jairo Assis Bandeira. Composição Câmara: Irineu Baggio, Wilson José Castelli, Ademir Flach, Ivo Zanella, Luis Carlos Giovanella, Clóvis José Dapont, Antônio César Godinho, Irineu Borges, Maria Aparecida Ghattino, José Herivelto Cazuni e Darci Camarotto.</p>
	<p>Nome: Jairo Assis Bandeira (Nono prefeito eleito). Gestão: 1996 a 2000. Vice-Prefeito: Wilson José Castelli. Composição Câmara: Ademir Flach, Amilto de Oliveira Lima, Ivo Zanella, Luis Carlos Giovanella, José Herivelto Cazuni, Ilário Fagundes de Oliveira, Berenice Dalla Costa, Luis Carlos Machado, José IvanirPilatti, Antônio César Godinho e Érico Correa.</p>

	<p>Nome: Juvenal Ghattino (Décimo prefeito eleito). Início Gestão: 2001 a 2004. Vice-Prefeito: Rodrigo Baggio Composição Câmara: Alécio Bottega, Alécio Barbacovi, Seno Staats, Irineu Ribelatto, Rosalino Flores, Clóvis José Dapont, Altair Gabriel, Ivo Zanella, Amilto de Oliveira Lima, Luis Carlos Giovanella e Ademir Flach.</p>
	<p>Nome: Juvenal Ghattino (Décimo primeiro prefeito) Gestão: 2005 a 2008. Vice-Prefeito: Marcos Roque Monteiro. Composição Câmara: Alcindo Neriques Dias, Amilto de Oliveira Lima, Ari Vicente Müller, Carlos Antônio Carniel, Deomir Pavan, José Ivanir Pilatti, Luiz Carlos Giovanella, Pedro Pastoriza e Vilson Hartwig.</p>
	<p>Nome: Luiz Fernando Bandeira (Décimo segundo prefeito eleito). Gestão: 2009 a 2012. Vice-Prefeito: José Ivanir Pilatti. Composição Câmara: Alécio Bottega, Ana Biava, Vilson Hartwig, Irineu Ribelatto, Amilto de Oliveira Lima, Ari Vicente Müller, Vandrê Signori, Sílvia Michelin, César Luis Acco.</p>
	<p>Nome: Luiz Fernando Bandeira (Décimo terceiro prefeito eleito). Gestão: 2013 a: 2016. Vice-Prefeito: José Ivanir Pilatti. Composição Câmara: Alcindo Neriques Dias; Amilto de Oliveira Lima; Ari Vicente Muller; Ilário Fagundes de Oliveira; Jair Policeno; Pedro Pastorizza; Seno Staats; Sílvia Michelin; Vilson Hartwig</p>

Fonte: Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

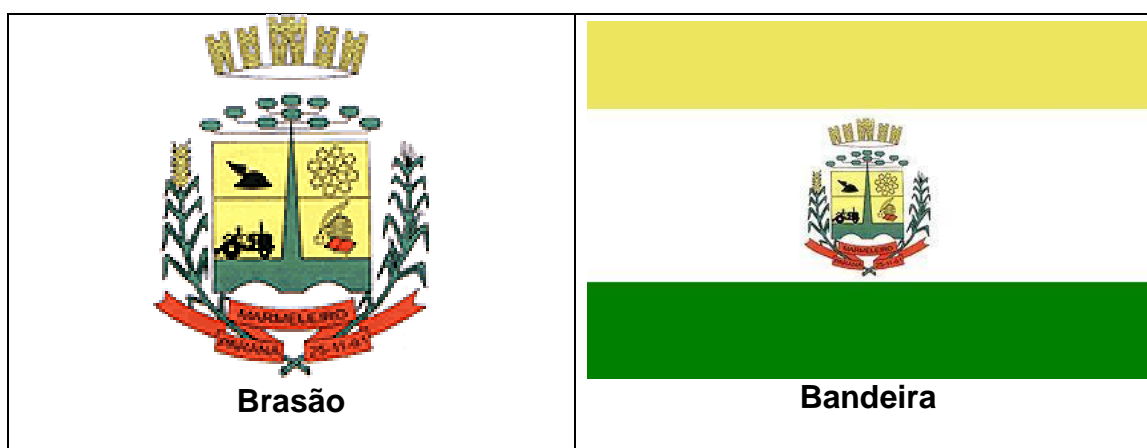


Figura 7. Símbolos municipais de Marmeleiro

Fonte: Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

Brasão: É formado por uma coroa que representa a muralha de um forte e por um pinheiro, cujas raízes sustentam o retângulo. Na parte superior do retângulo, à direita do pinheiro, na cor branca, o símbolo da indústria. A metade

inferior, no mesmo lado, o tinteiro com pena e um globo terrestre sobre um livro, representam a educação. Anexo ao retângulo, ao lado direito, um ramo verde, representa um pé de milho e no lado esquerdo, um ramo de trigo.

Bandeira: a bandeira foi instituída entre 1963 e 1964. É de formato retangular, dividido em três seções horizontais, a de cima na cor amarela, a do meio de cor branca e a de baixo de cor verde. O brasão, o centro da bandeira, simboliza o governo municipal.

Hino: foi criado em 31 de julho de 1972, tendo letra de Sebastião Lima e Vera Vargas e Música de Telmo Soares, com a Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sob um passe de luz, que do alto
Desenhou fabuloso destino,
Tu surgiste a sorrir no planalto,
Resultado de um sonho divino.
Pelos sulcos que, incessantemente,
O arado em teu chão canta a abrir,
Vejo a pauta onde a boa semente
Vai compondo a canção o porvir.

Estrilho

Terra adorada, ó Marmeleiro
És exemplo e tradução
Da esplendente maravilha
Que se opera no sertão,
Quando a fé e a coragem
De uma gente nobre audaz,
Transparecem a mensagem
De trabalho, amor e paz.

Nos teus passos há toda a firmeza.
De quem sabe que Deus os conduz,
Porque sente fremir a riqueza
Deste solo em torrente de luz.
Marmeleiro cidade querida
O teu nome soberbo e gentil
Qual um cântico à força da vida,
Vibrará pelos céus do Brasil.

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

Entre 1991 e 2000, segundo dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de Marmeleiro cresceu a uma taxa média anual negativa de -0,69%. Nesta década, a taxa de urbanização do Município passou de 39,64% para 52,46%.

Entre 2000 e 2010, a população cresceu a uma taxa média anual de 0,17%. Nesta década, a taxa de urbanização do Município passou de 52,46% para 63,48%. Em 2010 viviam, no Município, 13.900 pessoas.

Tabela 1. Censos e estimativas da população de Marmeleiro, 1970/2013

Ano	Urbana	Rural	Total
1970 - Censo	2.002	10.649	12.651
1980 - Censo	3.258	11.130	14.388
1991 - Censo	5.763	11.350	17.113
1996 - Contagem	6.547	7.557	14.104
2000 - Censo	7.168	6.497	13.665
2007 - Contagem	7.741	5.415	13.156
2010 - Censo	8.824	5.076	13.900
2013 (estimativa)	-	-	14.387

Fonte: IBGE e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Logo que chegaram os primeiros moradores, deu-se início às atividades econômicas com a agricultura e pecuária.

A notícia da existência de grandes extensões de pinheirais atraiu os primeiros madeireiros, instalando serrarias e iniciando a extração de madeira.

Com o aparecimento de várias indústrias madeireiras, começou a derrubada da floresta existente, aproveitando-se as toras e o restante era queimado para plantar alguma cultura e criar suínos soltos.

A população foi aumentando e se organizando, surgindo então as primeiras casas comerciais, que moradores da época chamavam de venda ou bodega, onde tinha um pouco de tudo, como, alimentos, remédios, tecidos, ferramentas, pinga, fumo, botas, chapéus, utensílios domésticos, entre outros.

Para a colonização e progresso de Marmeleiro, incluem ainda a construção da Rodovia Pato Branco - Marrecas e a atividade da Empresa Dambros e Piva, desenvolvida no sentido de assentar o agricultor e de lhe propiciar condições de trabalho e facilitar a fixação do morador no povoado que seria cidade.

Marmeleiro, rico em Araucária Angustifólia é beneficiado e começa a despontar economicamente. É a indústria madeireira uma possibilidade de reanimar a safra de suínos e a lavoura manual de milho, feijão, mandioca, arroz e trigo.

As primeiras indústrias do município de Marmeleiro foram:

- Primeiro moinho colonial: João Francisco Ferreira e Marcos Borile, 1947;
- Primeira serraria: Vicente Longo e Cia, 1948;
- Primeira usina hidroelétrica, Rio Marmeleiro – Dambros e Piva, 1949;
- Primeira madeireira: Dambros e Piva, construída em 1949 e inaugurada em 1950;
- Primeira oficina e ferraria: 1951 e em 1974, passa a denominar-se INDAMAR;
- Primeira fundição: Ouro Verde Ltda, 1956;
- Primeira oficina de tornearia: Mecânica São Paulo de Paulo Flessak.

Contudo, até os dias atuais (2015), a economia de Marmeleiro é estritamente voltada à agricultura e à pecuária, tendo a maioria das empresas e indústrias do Município, direcionadas ao segmento de agronegócio.

Na indústria destacam-se as atividades de: alumínio, metalúrgicas, confecção, baterias automotivas, plástico, madeireira e fabricação moveleira.



Figura 8. Atividades econômicas do município de Marmeleiro

Fonte: <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/> (acesso em 19/05/2015).

No comércio também se destacam os setores de varejo e transporte como um grande gerador de empregos, envolvendo atividades de: compra e venda de veículos, postos de combustíveis, oficinas mecânicas, assistência técnica especializada e representação comercial.



Figura 9. Desenvolvimento econômico do município de Marmeleiro

Fonte: <http://www.marmeleiro.pr.gov.br/> (acesso em 19/05/2015)

Marmeleiro também conta com madeireiras, fábrica de móveis, indústrias metalúrgicas, fábricas de blocos, moinhos, gráfica, indústrias de plásticos, bateria, ervateiras, pedreiras, laticínios, malharias, entre outras.

Economia: a base econômica do Município encontra-se na agropecuária com a criação de aves, bovinos e suínos e lavouras de milho, soja, fumo e outros.

Comércio: existem vários estabelecimentos no ramo de compras de produtos agropecuários, supermercados, confecções, caminhões, peças, panificadoras, materiais de construção e outros.

Indústria: o Município possui indústrias ligadas às atividades como madeira, alumínio, plásticos, móveis, baterias e outras.

Serviços: na atividade terciária existem oficinas mecânicas, tornearias, soldas, transportes de cargas, rádio, bancos, laboratórios, clínicas odontológicas, entre outras.

Tabela 2. Estabelecimentos por setor, 2015

Tipo de Estabelecimento	Quantidade	Número de pessoas trabalhando
Indústria	114	608
Comércio varejista	290	606
Comércio atacadista	20	66
Prestadoras de serviços	442	500
Autônomos	41	-
Agropecuária	-	84
Outros	-	2.025

Fonte: Divisão de Cadastro e Tributação, março de 2015 e CAGED.

5. ASPECTOS CULTURAIS

Principais eventos culturais do Município: a presença da arte pode significar o abrir de muitas portas de comunicação entre a escola e a comunidade, como acontece no município de Marmeleiro, onde alunos de várias idades se reúnem e repassam de forma informativa e recreativa, peças teatrais, inserindo nas mesmas, a música, a dança e artes visuais. Por meio do Departamento de Cultura, são desenvolvidas atividades como: a feira do livro, festival da poesia, da canção, a festa da criança, corrida das autoridades e a abertura do natal.

Festas Cívicas: dia 25 de novembro, dia da emancipação política com a tradicional Festa do Porco Light, Baile do Município com escolha da Miss Marmeleiro; dia 07 de setembro, Independência do Brasil, a cidade comemora essa data com desfiles, promoções cívicas, esportivas, feira da indústria e comércio (realizada de dois em dois anos) e outras.

Feriados Municipais: dia 22 de maio: Padroeira do Município – Santa Rita de Cássia; dia 25 de novembro: emancipação política do Município.

Principais locais utilizados para a realização dos eventos: Centro Social da Igreja Matriz; Centro Multi Uso; Centro de Tradições Gaúchas (CTG); Centro de eventos da Guarda de São Cristóvão; Associação dos Funcionários Municipais de Marmeleiro (AFM); Centro de Capacitação dos Professores; Centro de Formação Padre Afonso; Ginásio de Esportes Volnei Pires e Sociedade Aquática Amigos de Marmeleiro (SAAMAR).

Principais esportes praticados: futebol para iniciantes e veteranos; escolinha de futsal; voleibol masculino e feminino; handebol; bocha e boliche.

Principais estabelecimentos socioculturais do Município: Museu Municipal; Centro de Capacitação dos Professores e Módulo Esportivo.

Festas populares ou folclóricas: são as festas juninas, dia das crianças, festa do CTG, o carnaval e outras.

Festas religiosas: Padroeira do Município – Santa Rita de Cássia, dia 22 de maio; encenação da morte e paixão de Cristo na sexta-feira santa, Corpus Christi, São Cristóvão. Também acontecem congressos das crianças, adolescentes, jovens e círculo de oração.

Entidades responsáveis por promover festas e manifestações da cultura do Município: Prefeitura, escolas municipais, estaduais e particulares, Departamento Municipal de Educação e Cultura, SAAMAR, ACIMAR, Rotary, igrejas, CTG e Guarda de São Cristóvão.

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Em Marmeleiro, a primeira professora credenciada pela Prefeitura de Clevelândia foi Maria da Luz Viana Pinto, em 1944, quando Marmeleiro pertencia à Clevelândia.

Em 1949, Carlita Viana foi contratada para ser professora pelos moradores que tinham filhos em idade escolar.

Oficialmente a primeira escola de Marmeleiro surgiu em 1950, denominada Escola Isolada D. Pedro I, onde atualmente se localiza o Bairro Alvorada.

Depois desta, foram criadas muitas escolas e contratados os respectivos professores para atuarem nas mesmas.

Atualmente (2015), sete instituições educacionais da rede municipal, três da rede estadual, duas da rede privada, dois CEMELs, uma escola de educação especial e uma casa familiar rural ofertam a educação básica no Município de Marmeleiro.

As escolas municipais e o CEMELs atendem aproximadamente 1.110 alunos nos seguintes estabelecimentos de ensino:

- Escola Municipal Dom Pedro I – Bairro Alvorada;
- Escola Municipal Padre Afonso – Centro;
- Escola Municipal Perseverança – Bairro Araucária;
- Escola Municipal São Judas Tadeu – Bairro Ipiranga;
- Escola Rural Municipal Novo Progresso – Comunidade do Novo Progresso;
- Escola Rural Municipal Barra Bonita – Comunidade da Barra Bonita;
- Escola Rural Municipal Souza Naves – Comunidade Alto São Mateus.
- Centro Municipal de Educação Infantil Nosso Sonho, localizada no centro;
- Centro Municipal de Educação Infantil Regina Verônica Müller, localizada no Bairro Passarela.

As escolas estaduais, com aproximadamente de 1.700 alunos matriculados, atendem nos seguintes estabelecimentos:

- Colégio Estadual Bom Jesus, Comunidade Bom Jesus;
- Colégio Estadual de Marmeleiro, Centro;
- Escola Estadual Telmo Octávio Müller, Centro.

As escolas particulares, com aproximadamente 358 alunos, atendem nos seguintes estabelecimentos:

- Centro Educacional João XXIII, Centro;
- Escola Tio Patinhas, Centro;
- Escola Entre Amigos, Bairro Ipiranga.

A Casa Familiar Rural, que atende 41 alunos por meio do curso da formação de jovens agricultores, localiza-se no Km 15.

Tabela 3. Instituições de ensino existentes no município, 2015

Instituição de Ensino	Rede de Ensino	Localização	Prédio	
			Ano da criação e construção	Situação
Escola Entre Amigos	Estadual	Bairro Ipiranga	1989/1993	PRO
Casa Familiar Rural – CFR	Estadual	Km 15	1994/1996	PRO
Centro Educacional João XXIII	Particular	Centro	15/11/1977	CE
Centro Municipal de Educação Infantil Nosso Sonho	Municipal	Centro	1998/1997	PRO
Centro Municipal de Educação Infantil Regina Verônica Müller	Municipal	Bairro Passarela	2013/2015	PRO
Colégio Estadual Bom Jesus – EFEM	Estadual	Bom Jesus	1995/1995	CE
Colégio Estadual de Marmeleiro - EFEM	Estadual	Centro	1970/1991	CE
Escola Estadual Telmo Octavio Müller – EFEM	Estadual	Centro	1963/1965	PRO
Escola Municipal D. Pedro I – EIEF	Municipal	Bairro Alvorada	1983/1971	PRO
Escola Municipal Padre Afonso – EIEF	Municipal	Centro	1991/1961	PRO
Escola Municipal Perseverança – EIEF	Municipal	Bairro Araucária	1985/1983	PRO
Escola Municipal São Judas Tadeu – EIEF	Municipal	Bairro Ipiranga	1983/1995	PRO
Escola Rural Municipal Barra Bonita – EIEF	Municipal	Barra Bonita	1983/1995	PRO
Escola Rural Municipal Novo Progresso – EIEF	Municipal	Novo Progresso	1983/1995	PRO
Escola Rural Municipal Souza Naves – EIEF	Municipal	Alto São Mateus	1983/1995	PRO
Escola Tio Patinhas - EIEF	Particular	Centro	1991/1990	PRO

Fonte: Departamento Municipal de Educação e Cultura, 2015.

Legenda: CO – Compartilhado; AL – alugado; CE – cedido; PRO – próprio; EIEF – Educação Infantil e Ensino Fundamental; EFEM – Ensino Fundamental e Médio.

Tabela 4. Infraestrutura das instituições de ensino existentes no Município, 2015

Instituição de Ensino	Quadra de esportes	Parque infantil	Refeitório	Laboratório de Informática	Biblioteca	Água	Esgoto	Energia Elétrica	Acessibilidade
Escola Entre Amigos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Casa Familiar Rural – CFR	-	-	X	X	X	X	-	X	X
Centro Educacional João XXIII	X	X	X	-	X	X	X	X	X
Centro Municipal de Educação Infantil Nosso Sonho	-	X	X	-	X	X	X	X	X
Centro Municipal de Educação Regina Müller	-	X	X	-	-	X	X	X	X
Colégio Estadual Bom Jesus – EFEM	X	-	X	X	X	X	-	X	X
Colégio Estadual de Marmeleiro – EFEM	X	-	-	X	X	X	X	X	X
Escola Estadual Telmo Octavio Müller – EFEM	X	-	X	X	X	X	X	X	X
Escola Municipal D. Pedro I – EIEF	-	X	X	X	X	X	X	X	X
Escola Municipal Padre Afonso – EIEF	-	-	X	X	X	X	X	X	X
Escola Municipal Perseverança – EIEF	-	X	X	X	X	X	X	X	X
Escola Municipal São Judas Tadeu – EIEF	-	-	X	X	X	X	X	X	X
Escola Rural Municipal Barra Bonita – EIEF	-	-	X	-	-	X	-	X	X
Escola Rural Municipal Novo Progresso – EIEF	-	-	X	X	-	X	-	X	X
Escola Rural Municipal Souza Naves – EIEF	X	-	X	X	X	X	-	X	X
Escola Tio Patinhas – EIEF	X	X	X	-	-	X	X	X	X

Fonte: Departamento Municipal de Educação e Cultura, 2015.

III - DIAGNÓSTICOS

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Oferta

A educação infantil em Marmeleiro é ofertada por 11 instituições de ensino, das quais dois centros municipais de educação infantil (CMEIs) oferecem atendimento em tempo integral.

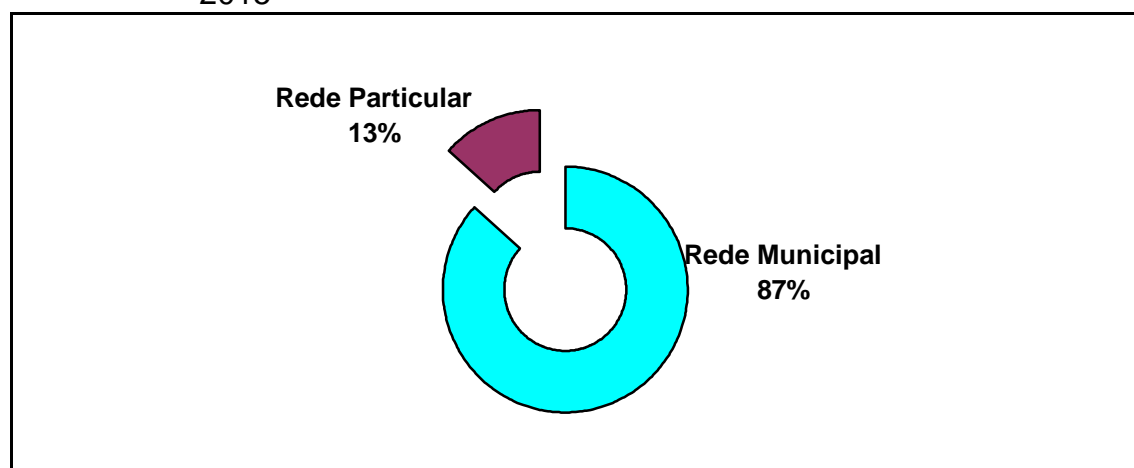
Tabela 1.1. Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015

Instituição de ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Número de vagas	Demanda reprimida
	0 a 3 anos	4 a 5 anos			
Centro Educacional João XXIII	03	15	V	-	-
CMEI Nosso Sonho	70	44	I	120	30
CMEI Regina Verônica Muller	104	22	I	126	33
Escola Rural Barra Bonita	-	02	V	-	-
Escola D. Pedro I	-	36	M e V	-	-
Escola Padre Afonso	-	38	M e V	-	-
Escola Perseverança	-	18	V	-	-
Escola Rural Novo Progresso	-	06	V	-	-
Escola São Judas Tadeu	-	45	M e V	-	-
Escola Rural Souza Naves	-	15	V	-	-
Escola Tio Patinhas	10	36	V	-	-

Fonte: Departamento Municipal de Educação e Cultura, 2015.

Legenda: M - Matutino; V - Vespertino; I - Integral.

Gráfico 1.1. Atendimento da educação infantil, por rede de ensino (em %), 2015



Fonte: Instituições Educacionais, março de 2015.

Tabela 1.2. Instituições que possuem lista de espera, 2015

Instituição de Ensino	Critérios utilizados para o atendimento	Estes critérios estão inseridos no regimento interno	Como e em quanto tempo pretendem ampliar a oferta	Como a instituição lida com o problema da falta de vagas
CMEI Regina Verônica Muller	Lista de espera	Sim	Indefinido	Dialogo com os pais e critério de lista de espera
CMEI Nosso Sonho	Lista de espera	Sim	Indefinido	Dialogo com os pais e critério de lista de espera

Fonte: Departamento Municipal de Educação e Cultura, 2015.

1.2 Infraestrutura

A Escola Municipal Dom Pedro I, situada no Bairro Alvorada, dispõe de uma sala, destinada à educação infantil, devidamente adequada, utilizada em dois turnos.

A Escola São Judas Tadeu, situada no Bairro Ipiranga, dispõe de uma sala para o atendimento à educação infantil devidamente apropriada, sendo utilizada por duas turmas em turnos contrários.

A Escola Municipal Padre Afonso, situada no centro da cidade, possui uma sala devidamente apropriada, sendo utilizada por duas turmas em turnos contrários.

A Escola Municipal Perseverança, situada no Bairro Araucária, possui uma sala que proporciona condições adequadas à faixa etária atendida, na qual funciona uma turma no turno vespertino.

A Escola Rural Municipal Souza Naves, Escola Rural Municipal Barra Bonita e Escola Municipal Novo Progresso estão situadas na zona rural. Todas possuem prédio próprio e atendem alunos da educação infantil. Quanto aos mobiliários, estes se encontram adequados à faixa etária atendida.

O Centro Municipal de Educação Infantil Nosso Sonho, situado no centro da cidade, possui uma estrutura projetada para atender especificamente os alunos da educação infantil. No entanto, sua estrutura comporta somente 130 crianças, inviabilizando que se ofereça vaga para toda a demanda existente. Desta forma, o atendimento se dá às crianças da faixa etária de quatro meses a cinco anos, priorizando as mães que trabalham fora. Em consequência, há uma lista de espera, gerada pela incompatibilidade da oferta e da demanda.

O Centro Municipal de Educação Infantil Regina Verônica Muller, situado no Bairro Passarela, possui uma estrutura projetada para atender especificamente os alunos da educação infantil. Sua estrutura comporta somente 150 crianças, inviabilizando que se ofereça vaga para toda a demanda existente. Desta forma, o atendimento se dá às crianças da faixa etária de quatro meses a cinco anos, priorizando as mães que trabalham fora. Em consequência, há uma lista de espera, gerada pela incompatibilidade da oferta e da demanda.

A Escola Tio Patinhas, no Bairro Ipiranga que funciona em prédio próprio, possui três salas de aula apropriadas para a oferta de educação infantil.

O Centro Educacional João XXIII, no centro da cidade, funciona em prédio cedido, dispondo de três salas adequadas para a oferta de educação infantil. O Centro atende crianças de três a seis anos de idade, agrupadas de acordo com a faixa etária.

Tabela 1.3. Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

Descrição do prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede municipal	Rede privada
Salas de aula	9	2
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	6	-
Sala de direção/equipe	9	2
Sala de professores	8	2
Sala de leitura/biblioteca/computação	6	2
Refeitório	9	1
Copa/Cozinha	9	2
Parque Infantil	5	2
Pátio coberto (creche) / Quadra coberta (pré-escola)	2	1
Banheiro de funcionários/professores	7	2
Banheiro de crianças/alunos	9	2
Sala de depósito	7	2
Sala de TV/DVD	1	2
Berçário (creche)	2	-
Lactário (creche)	2	-

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2015.

Tabela 1.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

(continua)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede municipal	Rede privada
Esportes e brincadeiras		
Colchonetes	8	2
Conjunto de brinquedos para parquinho	5	2
Cozinha		
Congelador/Freezer	9	2
Refrigerador/Geladeira	9	2
Fogão comum para lactário (creche)	2	2
Fogão industrial	9	2
Liquidificador	9	2
Botijão de gás	9	2
Coleções e materiais bibliográficos		
Enciclopédias	7	-

Tabela 1.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que oferecem a educação infantil, 2015

(encerra)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede municipal	Rede privada
Dicionários	8	2
Literatura Infantil	9	2
Material complementar de apoio pedagógico	9	2
Equipamentos para áudio, vídeo e foto		
Projektor	9	2
Tela para projeção	8	2
Televisor	9	2
DVD	9	2
Suporte para TV e DVD	9	2
Máquina fotográfica	9	2
Aparelho de CD e rádio	9	2
Setor de Informática		
Computador para administração/docentes	9	2
Impressora	9	2
Copiadora multifuncional	8	2
Guilhotina de papel	3	2
Mobiliário e aparelhos em geral		
Mobiliário infantil	9	2
Arquivo de aço	9	2
Mesa de reunião	5	2
Mesa para refeitório	9	2
Estantes para biblioteca	6	2
Berços e colchões (creche)	2	-
Banheira com suporte (creche)	1	-
Quadro para sala	9	2
Bebedouro	9	2
Máquina de lavar roupa	8	2
Secadora	5	-
Telefone	9	2
Ar condicionado nas salas de aula	3	-
Circulador de ar ou ventilador nas salas de aula	8	2

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2015.

Sete instituições utilizam salas de aula para outras atividades, tais como: refeitório, hora atividade dos professores, lanche dos professores, para guardar material pedagógico, jogos e oficinas do Programa Mais Educação.

1.3 Matrículas

A tabela 1.5 mostra as matrículas da educação infantil de 2011 a 2015, com o respectivo número de alunos e turmas. De acordo com os dados, o atendimento foi ampliado no período integral em 2015, devido a inauguração de um novo CMEI.

Tabela 1.5. Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015

Redes de ensino / faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	I	74	4	111	6	124	7	144	8	174	14
Privada (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	11	1	14	1	16	1	14	1	13	1
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - 0 a 3 anos		85	5	125	7	140	8	158	9	184	15
Municipal (4 a 5 anos)	M	59	4	35	2	60	4	74	4	57	3
	V	96	7	109	7	93	7	88	5	80	4
	I	50	2	37	2	56	3	71	4	89	6
Privada (4 a 5 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	46	2	52	3	64	3	46	3	51	3
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - 4 a 5 anos		251	15	233	14	273	17	279	16	277	16
Total Rede Municipal		279	17	292	17	333	21	377	21	400	27
Total Rede Privada		57	3	66	3	80	3	60	4	64	4
Total Geral		336	20	358	20	413	24	437	25	464	31

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

1.4 Recursos Humanos

Os recursos humanos para o atendimento à educação infantil são apresentados na tabela 1.6, com as funções e respectivas formações.

Na rede municipal de ensino, atua um contingente de 115 pessoas. Destas, 81 são profissionais do magistério, em funções de docência e suporte pedagógico.

Tabela 1.6. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	09	-	09
Suporte pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Suporte pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	7	-	07
Docência (20 horas)	-	-	-	10	24	-	34
Docência (40 horas)	-	-	-	09	17	-	26
Estagiário	-	07	-	04	-	-	11
Merendeira	-	10	-	1	-	-	11
Auxiliar de serviços gerais	-	12	-	3	-	-	15
Total	-	29	-	27	59	-	

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

A tabela 1.7 apresenta um panorama geral das necessidades apontadas pelas instituições de ensino quanto ao contingente de recursos humanos.

Tabela 1.7. Dados sobre recursos humanos da rede municipal, 2015

Instituição de Ensino	Cargos e/ou funções que devem ter o número ampliado
EM D. Pedro I	-
ERM Novo Progresso	Suporte pedagógico e professores de educação física, artes e inglês
EM São Judas Tadeu	Auxiliar de secretaria
ERM Souza Naves	Pedagoga(o)
ERM Barra Bonita	Suporte pedagógico e professores de educação física, artes e inglês
EM Perseverança	Bibliotecário, professor de informática e secretário
EM Padre Afonso	Secretário, professor de informática
CMEI Nosso Sonho	Docência de 40 horas e educador infantil
CMEI Regina Verônica Muller	Professores de 40 horas

Fonte: Setor pedagógico das instituições de ensino, 2015.

Legenda: EM – Escola Municipal; ERM – Escola Rural Municipal.

Na rede privada, a maioria dos profissionais que atua na educação infantil, possui a formação em nível de pós-graduação lato sensu.

Tabela 1.8. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede privada de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Auxiliar de Secretaria	-	-	01	-	-	-	-	01
Merendeira	-	-	01	-	-	-	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	02	-	-	-	-	02
Total	-	-	04	-	-	08	-	12

Fonte: Setor administrativo das instituições de ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

1.5 Gestão

Projeto Político Pedagógico: toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico, ou mais conhecido como PPP. As próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele: é projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; é político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na

sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir; é pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. As nove instituições de ensino da rede municipal que atendem a educação infantil possuem o PPP.

Projetos: Ao escolher trabalhar com projetos, o professor de educação infantil precisa ter foco e clareza de seus objetivos. Um bom planejamento o ajudará a avaliar de forma permanente o projeto e a escolher intervenções adequadas para responder às demandas das crianças durante o percurso.

Os projetos desenvolvidos nas instituições que ofertam a educação infantil estão relacionados na tabela 1.9.

Tabela 1.9. Projetos realizados nas instituições de ensino, 2015

Instituição de Ensino	Projeto	Número de alunos participantes
EM D. Pedro I	Projeto de Brinquedos	120
ERM Novo Progresso	Sacola da Leitura Jardim Vertical Horta Na Escola Higiene e Saúde Livro vai, Livro vem, Eu Leio e Você também.	39
EM São Judas Tadeu	Sacola da Leitura empreendedorismo social Educação Financeira Jornal na Escola Atletismo Interação Familiar	276
ERM Souza Naves	Valorização dos Hinos Gincana do Saber	92
ERM Barra Bonita	Sacola da Leitura Horta na Escola Higiene e Saúde	17
EM Perseverança	Integrando Família e Escola Intercâmbio entre escolas Projeto Leitura Gazeta Perseverança	160
EM Padre Afonso	Sacola Mágica Mães e Pais na Escola Mais Brinquedos na Escola	280
CMEI Nosso Sonho	Momento Cultural Literatura	100

Fonte: Setor pedagógico das instituições, 2015.

Legenda: EM – Escola Municipal; ERM – Escola Rural Municipal.

Parcerias: trabalhando com projetos, professores aproximam alunos da comunidade e melhoram o rendimento. A forma como a escola usa o espaço, as relações interpessoais e a interação com a comunidade também são importantes na educação das crianças. A parceria entre escola e comunidade é indispensável para uma educação de qualidade e depende de uma boa relação entre familiares, gestores, professores, funcionários e estudantes.

Na educação infantil de Marmeleiro, a experiência com projetos apresenta bons resultados, como mostram os dados da tabela 1.10.

Tabela 1.10. Parcerias, 2015

Parceiro(s)	Objetivos da Parceria	Resultados Obtidos
Famílias	Doações de brinquedo, serviços voluntários (costura, concertos). Aprimoramento da leitura oral.	Mais leitura, ampliação do acervo de brinquedos
Polícia Militar	Prevenir contra o uso de drogas.	Crianças mais conscientes
Voluntários da comunidade	Incentivo a leitura.	Maior envolvimento das famílias e da comunidade
Cooperativas	Incentivo a economia.	Conscientização sobre a importância da economia de forma geral
Itaú	Ampliar o acervo de livros.	Alunos mais empolgados com a leitura
Rotary	Doação de medalhas e troféus para alunos vencedores em projetos da escola. Doação de brinquedos e livros.	Ampliação da competitividade, da alegria de brincar e ler

Fonte: Setor pedagógico das instituições, 2015.

Merenda escolar: todas as instituições da rede municipal oferecem merenda escolar que supre as necessidades nutricionais dos alunos com um cardápio elaborado e acompanhamento por profissional da área de nutrição. É necessário melhorar a fiscalização dos alimentos perecíveis que às vezes chegam na escola sem a devida qualidade e ampliar a oferta de frutas e verduras.

Transporte escolar: o transporte escolar é ofertado a todos os alunos da rede pública de ensino, menos para os alunos dos CMEIs, por serem do perímetro urbano e residirem, em sua maioria, próximos da instituição de ensino. No entanto, verifica-se a necessidade de melhorar o mesmo devido à superlotação de algumas linhas, necessidade de reorganizar os trajetos para ficarem mais curtos e diminuir o tempo de viagem das crianças. Faz-se necessário também uma melhor conservação das estradas.

Material didático e pedagógico: o material didático e pedagógico é disponibilizado de maneira suficiente, sendo adequados à faixa etária atendida.

Envolvimento dos pais dos alunos: a maioria dos pais mostra interesse no desenvolvimento escolar de seus filhos e participa das atividades desenvolvidas pela instituição, tais como: reuniões, apresentações culturais dos alunos, confraternizações. Também visitam a escola e conversam com os professores.

Conselho escolar: as nove instituições municipais que ofertam a educação infantil possuem conselho escolar, com participação ativa, de acordo com suas competências neste órgão colegiado. No entanto, até o momento, somente um órgão colegiado proporcionou capacitação para seus membros.

A escola deve ser, além de um espaço educativo, um espaço de desenvolvimento social da comunidade onde se encontra inserida. Desenvolver atividades, além do ensinar pedagógico, é importante para o crescimento da comunidade escolar.

A tabela 1.11 mostra atividades complementares das instituições de ensino, que vão além do cotidiano escolar regular.

Tabela 1.11. Atividades complementares desenvolvidas nas instituições municipais que ofertam a educação infantil, 2015

Ações	Total de instituições que realizam a ação
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	3
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	9
Proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	9
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	6
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	9
Oferece aprendizado de informática aos alunos	6
Oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	-
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	9

Fonte: Setor pedagógico das instituições, 2015.

Num esforço de trabalho coletivo, a educação infantil de Marmeleiro conta com várias conquistas, aspectos positivos que já resultaram em avanços que contribuem para a oferta de qualidade, tais como: integração com as famílias; aumento de oferta de vagas; corpo docente com a formação em nível de licenciatura e pós-graduação *lato sensu*; material didático pedagógico de qualidade; acesso dos professores à internet; oferta de formação continuada para os professores.

Contudo, alguns problemas precisam ser superados para manter e ampliar ainda mais a qualidade, tais como: falta de vagas nos CMEIs; turmas com elevado número de alunos; estrutura física precisando de reformas; espaço físico reduzido para atividades físicas ao ar livre; falta de professores nos CMEIs.

Entre as ações necessárias e prioritárias, destaca-se a reforma e ampliação do espaço físico (salas e quadras esportivas) e adaptação do espaço físico existente para atividades ao ar livre.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Oferta

O ensino fundamental é ofertado em 12 instituições, sendo sete da rede municipal e três da rede estadual. A organização do atendimento do ensino fundamental acontece em nove anos, sendo em ciclos na rede municipal de ensino e em anos nas demais redes de ensino, com carga horária de 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos. Das escolas municipais, três funcionam em tempo integral, as demais funcionam em tempo parcial.

O ensino fundamental dos anos iniciais é oferecido em nove escolas, sendo sete da rede municipal e duas da rede privada.

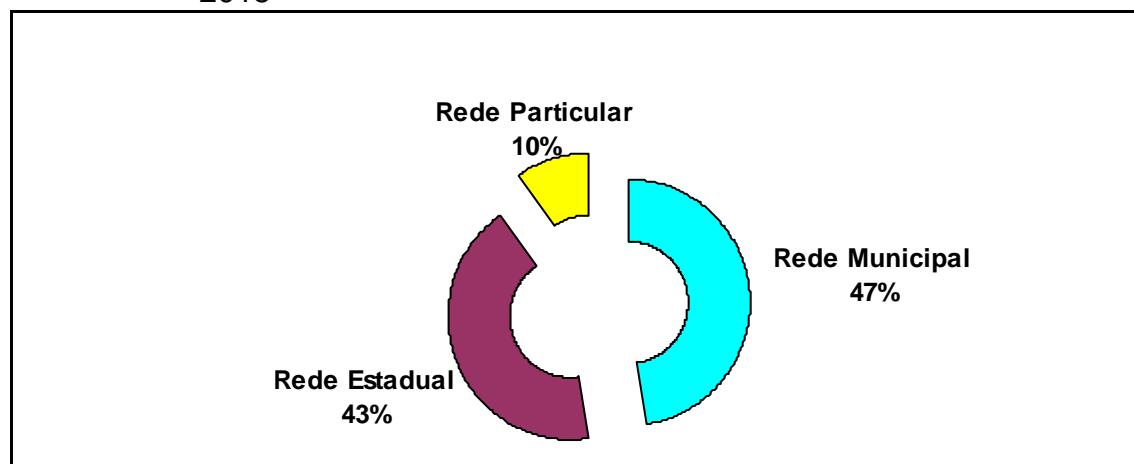
Tabela 2.1. Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos	Tipo de organização
	Anos iniciais	Anos finais		
Centro Educacional João XXIII	48	42	M-V	Ano
Colégio Estadual de Marmeleiro	-	320	M-V-N	Ano
Colégio Estadual do Campo Bom Jesus	-	120	M-V	Ano
Escola Estadual Telmo Octávio Müller	-	369	M-V	Ano
Escola Municipal Dom Pedro I	235	-	M-V	Ciclo
Escola Municipal Padre Afonso	266	-	M-V	Ciclo
Escola Municipal Perseverança	179	-	M-V	Ciclo
Escola Municipal São Judas Tadeu	257	-	M-V	Ciclo
Escola Rural Municipal Barra Bonita	18	-	I	Ciclo
Escola Rural Municipal Novo Progresso	44	-	I	Ciclo
Escola Rural Municipal Souza Naves	85	-	I	Ciclo
Escola Tio Patinhas	93	-	M-V	Ano

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno; I – Integral.

Gráfico 2.1. Atendimento do ensino fundamental, por rede de ensino (em %), 2015



Fonte: Instituições Educacionais, março de 2015.

2.2 Matrículas

O número de matrículas no ensino fundamental do Município vem apresentando declínio nos últimos anos devido a redução do número de filhos, a grande rotatividade de endereço das famílias e as constantes mudanças de cidade, em busca de emprego e melhores condições de vida

Tabela 2.2. Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015

Redes de ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (anos iniciais)	M	507	28	491	26	516	27	469	26	474	25
	V	481	24	529	25	496	25	508	25	596	29
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Rede municipal		988	52	1.020	51	1.012	52	977	51	1070	42
Estadual (anos finais)	M	514	19	449	18	416	17	404	17	462	15
	V	530	19	447	18	402	15	405	17	400	16
	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Rede estadual		1.044	38	896	36	818	32	809	34	862	31
Privada (anos iniciais)	M	47	4	51	4	61	4	58	5	59	5
	V	66	5	86	6	79	6	85	6	82	6
	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada (anos finais)	M	46	4	49	4	54	4	43	4	42	4
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Rede privada		159	13	186	14	194	14	186	15	183	15
Total Geral		2.191	103	2.102	101	2.024	98	1.972	100	1.875	88

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legendas: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral; N – Noturno.

2.3 Infraestrutura

De acordo com os dados da tabela 2.4, as instituições que ofertam o ensino fundamental no ano de 2015 estão muito bem equipadas com materiais de uso permanente que permitem oferecer aos alunos educação e atendimento de boa qualidade não apenas na sala de aula, mas também nas demais dependências do ambiente escolar.

Tabela 2.3. Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

(continua)

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede municipal	Rede estadual
Salas de aula	7	3
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	5	3
Sala de direção/equipe	7	3
Sala de professores	6	3

Tabela 2.3. Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

(encerra)

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede municipal	Rede estadual
Sala de leitura/biblioteca/computação	5	3
Laboratório de Informática	6	3
Laboratório de Ciências	-	2
Refeitório	5	3
Copa/Cozinha	7	3
Parque Infantil	3	-
Quadra coberta	1	3
Banheiro de funcionários/professores	5	3
Banheiro de alunos	7	3
Sala de depósito	5	3
Sala de TV/DVD	-	3

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Tabela 2.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

(continua)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede municipal	Rede estadual
Esportes e brincadeiras		
Colchonetes (para a educação física)	7	3
Conjunto de brinquedos para parquinho	3	-
Cozinha		
Congelador/Freezer	7	3
Refrigerador/Geladeira	7	3
Fogão comum para lactário (creche)	0	0
Fogão industrial	7	3
Liquidificador	7	3
Botijão de gás	7	3
Coleções e materiais bibliográficos		
Enciclopédias	6	3
Dicionários	7	3
Literatura Infantil	7	3
Literatura infantil-juvenil	7	3
Paradidáticos	7	3
Material complementar de apoio pedagógico	7	3
Equipamentos para áudio, vídeo e foto		
Projektor	7	3
Tela para projeção	7	3
Televisor	7	3
DVD	7	3

Tabela 2.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que oferecem o ensino fundamental, 2015

(encerra)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede municipal	Rede estadual
Suporte para TV e DVD	7	3
Máquina fotográfica	7	3
Aparelho de CD e rádio	7	3
Setor de Informática		
Computador para administração/docentes	7	3
Computador para sala de informática	6	3
Impressora	7	3
Copiadora multifuncional	6	3
Guilhotina de papel	3	3
Mobiliário e aparelhos em geral		
Mobiliário em geral (carteiras, cadeiras)	7	3
Arquivo de aço	7	3
Mesa de reunião	4	3
Mesa para refeitório	7	3
Estantes para biblioteca	6	3
Quadro para sala de aula	7	3
Bebedouro	7	3
Máquina de lavar roupa	6	3
Secadora	3	-
Telefone	5	3
Ar condicionado nas salas (de atividades ou de aula)	3	1
Circulador de ar ou ventilador nas salas (de atividades ou de aula)	6	3

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

2.4 Desempenho dos Alunos

A tabela 2.5 apresenta o rendimento e movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no ensino fundamental, por rede de ensino, entre os anos de 2011 a 2014.

Tabela 2.5. Rendimento e movimento escolar no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	Percentuais											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Municipal	954	19	0	963	18	0	968	21	0	954	16	0
Estadual	896	148	34	825	71	44	758	60	22	675	134	36
Privada	157	2	0	181	5	0	193	3	0	184	2	0

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

As principais causas apontadas para justificar os índices de reprovação nas redes de ensino são a migração, alta rotatividade dos alunos, os problemas

sócioeconômicos, desestruturação familiar e o baixo nível cultural familiar.

As instituições de ensino do Município, tanto da rede municipal, como estadual e privada, procuram desenvolver ações que possam promover a melhoria da aprendizagem dos alunos a fim de ampliar a qualidade da educação como um todo.

Todas as doze instituições de ensino desenvolvem ações de reforço ao aprendizado dos alunos, utilizam os dados de desempenho dos alunos como parte do seu planejamento pedagógico e também destinam parte do horário de trabalho dos professores para reflexão sobre a aprendizagem dos alunos.

As escolas integrantes das redes municipal e estadual, também realizam monitoramento dos alunos evadidos visando reincorporá-los ao cotidiano escolar.

Tabela 2.6. Ações desenvolvidas pelas instituições de ensino, 2015

Ações	Total de instituições que realizam as ações listadas		
	Rede municipal	Rede estadual	Rede privada
Desenvolve ações de reforço ao aprendizado dos alunos	7	3	2
Realiza monitoramento dos alunos evadidos visando reincorporá-los	7	3	-
Utiliza os dados de desempenho dos alunos como parte do seu planejamento pedagógico	7	3	2
Destina parte do horário de trabalho dos professores para ações de reflexão sobre a aprendizagem dos alunos	7	3	2

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Quanto ao desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), somente a rede municipal de ensino conseguiu superar a meta estabelecida para 2013. A rede estadual não teve o mesmo desempenho, ficando abaixo da meta estabelecida, neste mesmo período.

O IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

A tabela a seguir, sintetiza os resultados obtidos desde a implementação do IDEB em 2005, por rede de ensino, bem como as projeções futuras.

Tabela 2.7. Resultados do IDEB no ensino fundamental de Marmeleiro e as metas previstas, 2007-2021

Rede de Ensino	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Municipal	4.9	5.5	5.3	6.8	6.1	5.0	5.3	5.7	5.9	6.2	6.4	6.6	6.9
Estadual	4.1	4.5	4.4	4.9	4.7	4.1	4.3	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0

Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em abril de 2015).

Na rede municipal, o IDEB apresentado no ano 2005 foi de 4.9 e a partir daí começou a aumentar progressivamente, chegando ao índice de 6.8 no ano de 2011 e em seguida caindo para 6.1 em 2013, mostrando com isso pequena oscilação.

Entretanto, ao comparar as metas projetadas para o IDEB com a média deste índice alcançada ano a ano, nota-se que o Município se manteve com o índice acima das metas projetadas.

No último IDEB, algumas escolas atingiram ou ultrapassaram a meta prevista para aquele ano, graças a algumas ações realizadas pelas instituições que garantiram a qualidade da educação oferecida.

De acordo com dados fornecidos pela própria instituição, a Escola Municipal Perseverança, obteve um índice acima do previsto devido ao trabalho realizado com toda a comunidade escolar. A Escola Municipal D. Pedro I informou através de dados coletados que foi realizado um trabalho conjunto entre escola e Departamento de Educação para incentivar os alunos na aprendizagem, melhorando o IDEB obtido pela instituição. A Escola Municipal São Judas Tadeu, que também ficou com média acima do esperado informou que o resultado foi fruto do empenho dos profissionais da instituição e a parceria realizada com as famílias.

A Escola Estadual Telmo Octávio Müller também obteve média acima da meta prevista. O trabalho em equipe, a implantação de expediente de controles internos, o cumprimento do calendário escolar, a participação da família e a proposta pedagógica de acordo com a realidade escolar foram os responsáveis pelo bom desempenho dos alunos.

Algumas instituições não obtiveram resultado suficiente e, portanto, não conseguiram alcançar a meta prevista para o último IDEB.

Na Escola Municipal Padre Afonso, o IDEB da caiu devido a fatores fundamentais para o desenvolvimento de ensino aprendizagem (problemas internos e externos), além de grande número de alunos diagnosticados com dificuldade de aprendizagem.

O Colégio Estadual de Marmeleiro melhorou o IDEB em 2013, porém não atingiu a meta proposta devido ao alto índice de evasão e reprovação na escola, motivados por problemas internos e externos (faltas, trabalho, gravidez, metodologias).

No Colégio Estadual do Campo Bom Jesus, o IDEB caiu devido à evasão, rotatividade de profissionais, situação socioeconômica, cultural e social das famílias.

2.5 Recursos Humanos

O professor é um profissional imprescindível no cenário da escola pública brasileira. E o maior responsável pela garantia de sucesso para as inúmeras crianças, que adentram na escola, possibilitando-lhes uma aprendizagem significativa. Por isso, o investimento na formação inicial e na oferta de formação continuada para estes profissionais é de suma importância.

Tabela 2.8. Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Suporte pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Suporte pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03
Docência (20 horas)	-	-	-	-	-	39	-	39
Docência (40 horas)	-	-	-	01	01	10	-	12
Auxiliar administrativo	-	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	01	01	04	01	-	-	-	07
Auxiliar de serviços gerais	-	04	10	-	-	-	-	14
Total	01	05	14	02	02	63	-	87

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 2.9. Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	03	-	03
Vice Direção (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Suporte pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	03	-	03
Secretário Escolar	-	-	-	02	01	-	03
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar administrativo	-	-	-	-	05	-	05
Bibliotecário	-	-	-	01	01	-	02
Auxiliar de biblioteca	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	-	02	-	01	-	-	03
Auxiliar de serviços gerais	-	12	-	-	-	-	12
Total	-	14	-	05	17	-	36

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 2.10. Recursos humanos do ensino fundamental da rede privada de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Docência (20 horas)	-	-	-	-	04	16	01	21
Secretário Escolar	-	01	-	-	-	-	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	01	-	-	-	-	-	01
Zeladora	-	02	-	-	-	-	-	02
Total	-	04	-	-	04	19	01	28

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP– Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

A tabela 2.11 apresenta um panorama geral sobre a oferta da formação continuada pelas instituições de ensino.

Tabela 2.11. Formação continuada, 2015

Instituição de Ensino	Frequência com que são ofertados os cursos de capacitação continuada para os	
	Profissionais do magistério	Servidores de apoio escolar
Escola Municipal Perseverança	-	-
Escola Municipal Padre Afonso	Semestral	Anual
Escola Municipal Dom Pedro I	Durante o ano todo	Anual
Escola Municipal São Judas Tadeu	Para alguns quinzenalmente para os outros, conforme a necessidade	Anual
Escola Rural Municipal Souza Naves	Semestral	Anual
Escola Rural Municipal Novo Progresso	Trimestral	Anual
Escola Rural Municipal Barra Bonita	Trimestral	Anual
Colégio Estadual de Marmeleiro	Durante o ano letivo	Durante o ano letivo
Escola Estadual Telmo Octávio Müller	Durante o ano letivo	Durante o ano letivo
Colégio Estadual do Campo Bom Jesus	Duas vezes, durante o ano letivo	Duas vezes, durante o ano letivo
Escola Tio Patinhas	Bimestral	Semestral
Centro Educacional João XXIII	Semestral	Quando há necessidade

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

2.6 Gestão da Rede Municipal de Ensino

Proposta pedagógica: em relação à gestão escolar das instituições de ensino fundamental da rede municipal de ensino verificou-se que todas as escolas possuem proposta pedagógica, elaborada com a participação dos professores e atualizada periodicamente, contemplando o atendimento educacional especializado através de sala de recursos, classe especial e sala apoio quando necessário.

Projetos: a rede municipal de ensino trabalha com projetos que procuram resgatar valores, como por exemplo, a importância da reciclagem do lixo para o meio ambiente; higiene e saúde, tendo como resultado uma melhor qualidade de vida para todos; projetos que integram família e escola buscando a parceria entre ambos para desenvolver melhor a aprendizagem; incentivo à leitura objetivando o desenvolvimento de maior interesse pela mesma; desenvolvimento da cidadania e do civismo através do conhecimento de letra e música de hinos; projetos de horta na escola, buscando valorizar o consumo de hortaliças; projetos lúdicos com atividades que envolvem jogos e brincadeiras, além de oficinas interativas de xadrez, dança e letramento.

Tabela 2.12. Projetos desenvolvidos pelas instituições municipais que ofertam o ensino fundamental, 2015

(continua)

Instituição de Ensino	Projeto	Número de alunos participantes
Escola Municipal Dom Pedro I	Projeto de Leitura Projeto de Brinquedos Projeto de Dança Projeto de Xadrez Projeto de Letramento Projeto de Horta	120
Escola Municipal Padre Afonso	Sacola Mágica Fazendo Arte com arte Mães e Pais na Escola Mais brinquedos na escola	280
Escola Municipal Perseverança	Concurso de Poesia Integrando Família e Escola Intercâmbio entre escolas Olimpíada de Matemática Festival de Xadrez Projeto de Leitura Gazeta Perseverança	160
Escola Municipal São Judas Tadeu	Sacola da Leitura Empreendedorismo Social Educação Financeira Jornal da Escola Atletismo Interação Familiar	276
Escola Rural Municipal Barra Bonita	Sacola da Leitura Horta na Escola Higiene e Saúde	17

Tabela 2.12. Projetos desenvolvidos pelas instituições municipais que ofertam o ensino fundamental, 2015

(encerra)

Instituição de Ensino	Projeto	Número de alunos participantes
Escola Rural Municipal Novo Progresso	Sacola da Leitura Jardim Vertical Horta na Escola Higiene e Saúde Livro vai, livro vem, eu leio e você também...	39
Escola Rural Municipal Souza Naves	Projeto de Leitura Valorização dos Hinos Gincana do Saber	92

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Parcerias: as parcerias realizadas com algumas instituições buscam principalmente o desenvolvimento de projetos que contribuam para a aprendizagem, além de integrar a comunidade e a escola.

Tabela 2.13. Parcerias das instituições municipais que ofertam o ensino fundamental, 2015

Tipo de Parceria	Parceiro(s)	Objetivos da parceria
Doação de livros	Itaú e Rotary	Melhorar o acervo e incentivo à leitura
Premiação projetos	Rotary	Doação de Prêmios
Combater o uso das drogas	Polícia Militar	Combate às drogas
Educação financeira	Cooperativas	Desenvolver habilidades financeiras

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Merenda escolar e transporte escolar: a merenda escolar é oferecida a todos os alunos da rede municipal com acompanhamento de profissional da área de nutrição, com cardápio elaborado pela mesma, tendo os devidos cuidados para suprir as necessidades nutricionais dos alunos. O transporte escolar é oferecido aos alunos da rede municipal que moram no interior e nos bairros mais distantes.

Material didático e pedagógico: a maioria das escolas considera que o material pedagógico é de boa qualidade, atendendo as necessidades dos alunos, além de serem utilizados outros materiais como complementação.

Envolvimento dos pais dos alunos: os pais, em sua maioria, mostram-se interessados no desenvolvimento dos filhos, participando das atividades desenvolvidas ou oferecidas pelas instituições, como reuniões, eventos promovidos pela escola e conversas frequentes com direção e professores.

Conselho escolar: todas as escolas da rede municipal possuem conselho escolar, o mesmo é composto por representantes da comunidade, com normas

e funcionamento definidos e estabelecidos em Estatuto. Os seus representantes são orientados pelo presidente do conselho quanto às suas funções que são: resolver situações da vida escolar do aluno, dos profissionais da educação e, ainda, participar de definições orçamentárias da escola.

Dados complementares: todas as escolas de ensino fundamental da rede municipal proporcionam aos alunos e professores, acesso a programas culturais, alguns também oferecidos pelo Departamento de Educação e Cultura; as atividades esportivas das quais os alunos participam são desenvolvidas através de projetos que acontecem na escola; nem todas as escolas possuem biblioteca embora todas tenham espaço adequado para leitura; a maioria das escolas oferece laboratório de informática para utilização dos alunos e professores em aulas ou para pesquisa; todas as escolas trabalham de maneira integrada com o Conselho Tutelar.

Conquistas/Avanços: o ensino fundamental passou por avanços importantes como a melhoria da infraestrutura de algumas escolas, a implementação do ensino fundamental de nove anos, atendimento educacional especializado, criação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, atendimento em tempo integral em três escolas do Município.

Principais problemas: os principais problemas enfrentados são a alta rotatividade de alunos e a dificuldade de aprendizagem apresentada pelos mesmos.

2.7 Gestão da Rede Estadual de Ensino

Proposta pedagógica: em relação à gestão das escolas estaduais verifica-se que as mesmas possuem proposta pedagógica, elaborada com a participação dos professores e atualizada periodicamente, contemplando o atendimento educacional especializado através de sala de recursos, a formação continuada dos professores que é oferecida pela secretária de educação do estado.

Projetos: a rede estadual de ensino trabalha com projetos que procuram resgatar valores; incentivo à leitura, objetivando o desenvolvimento de maior interesse pela mesma; desenvolvimento da cidadania e do civismo através do conhecimento de letra e música de hinos; projeto de arte, buscando descobrir novos talentos e viagens de estudo.

Parcerias: as parcerias realizadas com algumas instituições buscam principalmente o desenvolvimento de projetos que contribuam para a aprendizagem, melhoria da qualidade de vida, conhecimento da própria realidade além de integrar a comunidade à escola.

Tabela 2.14. Projetos desenvolvidos pelas instituições estaduais que ofertam o ensino fundamental, 2015

Instituição de Ensino	Projeto	Número de alunos participantes
Colégio Estadual de Marmeleiro	Projeto de Leitura Sacola da Leitura: Família / Escola Concurso de Arte: Valores Humanos Estadual Educa: Rádio Escola	332
Escola Estadual Telmo Octávio Müller	Atividade complementar na área de arte	20
Colégio Estadual do Campo Bom Jesus	Leitura na Escola Cidadania. (hinos) Viagens de Estudos	121

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Tabela 2.15. Parcerias das instituições estaduais que ofertam o ensino fundamental, 2015

Tipo de Parceria	Parceiro(s)	Objetivos da parceria
Palestras	Universidades	Esclarecimento de temas pertinentes ao conteúdo estudado
Oficinas	Unidade de Saúde	Conscientização
Projeto Compostagem	Prefeitura	Conservação ambiental
Jovem Aprendiz	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Manter o jovem na agricultura
Aplicação de projetos para a Educação do Campo	UTFPR	Mostrar a importância de desenvolver novas técnicas

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Merenda escolar e transporte escolar: a merenda escolar é oferecida a todos os alunos suprimindo as necessidades da rede estadual, mas sem acompanhamento de profissional da área de nutrição, embora exista um cardápio elaborado. O transporte escolar é oferecido aos alunos da rede estadual que moram no interior e nos bairros mais distantes.

Material didático e pedagógico: o material pedagógico é de qualidade, ofertado de acordo com a necessidade, mas observando o princípio da economicidade, adquiridos com recursos próprios, do governo estadual e federal.

Envolvimento dos pais dos alunos: a maioria dos pais se mostra interessada no desenvolvimento dos filhos, participando das atividades desenvolvidas ou oferecidas pelas instituições, como reuniões, eventos promovidos pela escola e conversas frequentes com direção e professores.

Conselho escolar: todas as instituições de ensino da rede estadual possuem conselho escolar, sendo estes compostos por representantes da comunidade, com normas e funcionamento definidos e estabelecidos em Estatuto. Os seus representantes não recebem capacitação, porém, são orientados pelo presidente do conselho quanto às suas funções que são: resolver situações da vida escolar do aluno, dos profissionais da educação e participação do planejamento escolar.

Dados complementares: todas as instituições de ensino fundamental da rede estadual proporcionam aos alunos e professores, acesso a programas culturais além de disponibilizar o espaço da instituição de ensino para atividades da comunidade. As atividades esportivas das quais os alunos participam são desenvolvidas através de projetos que acontecem na escola e fora dela, todas possuem biblioteca com espaço adequado para leitura, oferecem laboratório de informática para utilização dos alunos e professores em aulas ou para pesquisa e trabalham de maneira integrada com o Conselho Tutelar.

2.8 Gestão da Rede Privada de Ensino

Proposta pedagógica: em relação à gestão das escolas da rede privada, verifica-se que as mesmas possuem proposta pedagógica, elaborada com a participação dos professores e atualizada periodicamente, contemplando o atendimento educacional especializado somente em uma delas.

Projetos: o Centro Educacional João XXIII trabalha com projetos tais como: Sala de Leitura; Alimentação saudável; Mala Viajante; Contação de Histórias e Projeto de Ciências.

Material didático e pedagógico: as duas escolas utilizam material didático pedagógico apostilado, suficientes para o desenvolvimento das atividades.

Envolvimento dos pais dos alunos: os pais mostram-se interessados no desenvolvimento dos filhos, participando das atividades desenvolvidas ou oferecidas pelas instituições.

Conselho escolar: as instituições do ensino da rede privada não possuem este órgão colegiado.

Tabela 2.16. Dados complementares das instituições privadas que ofertam o ensino fundamental, 2015

(continua)

Ações	Total de instituições que realizam as ações
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	-
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	2
Proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	2

Tabela 2.16. Dados complementares das instituições privadas que ofertam o ensino fundamental, 2015

(encerra)

Ações	Total de instituições que realizam as ações
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	2
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	2
Oferece aprendizado de informática aos alunos	-
Oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	-
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	2

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

3. ENSINO MÉDIO

O ensino médio designa universalmente a etapa de ensino situada entre a educação elementar e o ensino superior. É destinada à formação de jovens e adolescentes e dirigida também, no Brasil, aos jovens e adultos que a ela não tiveram acesso na idade apropriada, oferecido inclusive em forma de cursos profissionalizantes, procurando encaminhar os jovens ao mundo do trabalho.

No Brasil o ensino médio é muito problematizado, pois sua organização e atribuições contribuíram e ainda contribuem para a naturalização das diferenças e desigualdades sociais entre as classes, ocasionadas ou reforçadas pela dualidade de oferta e organização da educação escolar, percebendo-se claramente, a existência de dois sistemas paralelos de educação, um para o povo e outro para as classes superiores.

Visando a reorganização do ensino secundário para todos de forma igualitária, historicamente muitas reformas sucederam-se com objetivo de atribuir uma formação de qualidade para todos, nem sempre logrando êxito. Neste sentido, se faz necessário ampliar a oferta pública do ensino médio de qualidade gratuito, de caráter formativo em termos de cultura, trabalho, ciência e tecnologia. Garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, inclusive aos que possuem acesso a ela no período noturno com a qualidade que é oferecida no período diurno.

Para tanto, a escola pública estadual deverá promover melhoria nas condições de trabalho e valorização dos professores e funcionários da escola, definir estratégias para a universalização e oferta de qualidade e conferir a identidade própria ao ensino médio, para potencializar sua dimensão formativa sob a concepção de escola unitária construída a partir das características do contexto sócio-político educacional e de cada indivíduo.

O município de Marmeleiro conta com dois estabelecimentos que ofertam o ensino médio regular: Colégio Estadual de Marmeleiro, localizado na zona urbana e o Colégio Estadual Bom Jesus, localizado na zona rural, na comunidade de Bom Jesus.

Tabela 3.1. Instituições que ofertam o ensino médio regular, 2015

Instituição de Ensino	Localização	Total de alunos	Turnos
Colégio Estadual de Marmeleiro	Urbana	450	Matutino Vespertino e Noturno
Colégio Estadual do Campo Bom Jesus	Rural	81	Matutino e Vespertino

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Os itens e tabelas seguintes apresentam dados gerais sobre matrículas, indicadores de desempenho dos alunos, recursos humanos, projetos, parcerias, transporte escolar e ações das instituições em relação aos alunos do terceiro ano, visando o seu preparo para o ingresso no ensino superior.

Tabela 3.2. Matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015

Rede de ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Estadual	M	289	12	315	12	251	12	247	11	276	10
	V	171	06	178	06	163	07	177	07	116	04
	N	108	05	144	06	168	06	144	05	137	04
Total		568	23	637	24	582	25	568	23	529	18

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

Tabela 3.3. Rendimento e movimento escolar dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014 (em %)

2011			2012			2013			2014		
APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
77,2	11,2	11,6	81,3	8,2	10,5	87,6	8,4	4	81	10,2	8,8

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Tabela 3.4. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação					Total
	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	02	-	02
Vice Direção (20 horas)	-	-	-	01	-	01
Suporte pedagógico (20 horas)	-	-	-	03	-	03
Suporte pedagógico (40 horas)	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	03	-	03
Docência (40 horas)	-	-	-	39	-	39
Secretário escolar	-	-	01	01	-	02
Auxiliar de Secretaria	-	-	02	02	-	04
Auxiliar Administrativo	-	-	02	01	-	03
Bibliotecário	-	-	01	01	-	02
Merendeira	04	-	-	-	-	04
Auxiliar de Serviços Gerais	06	-	-	01	-	07
Total	10	-	06	56	-	72

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Legenda: EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 3.5. Oferta de formação continuada, 2015

Instituição de Ensino	Frequência com que são ofertados os cursos de capacitação continuada	
	Profissionais do magistério	Servidores de apoio escolar
Colégio Estadual de Marmeleiro	- Cursos on-line pelo Portal; - Durante o ano letivo em todas as áreas; - Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).	- Cursos on-line; - Durante o ano letivo.

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Tabela 3.6. Projetos desenvolvidos pelas instituições estaduais que ofertam o ensino médio, 2015

Instituição de Ensino	Projeto	Número de alunos participantes
Colégio Estadual de Marmeleiro	Rádio na escola	450
	Leitura	450
	Viagens de estudos	200
	Hinos	450
Colégio Estadual de Campo Bom Jesus	Leitura na Escola	230
	Hinos e Cidadania	230
	Viagens de Estudos	80

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Tabela 3.7. Parcerias das instituições estaduais que ofertam o ensino médio, 2015

Tipo de Parceria	Parceiro(s)	Objetivos da Parceria
Jovem Aprendiz	SENAR	Manter o Jovem no campo
Aplicação de projetos para a educação do campo	UTFPR	Mostrar a importância e a permanência com novas técnicas
Universidades privadas	UNIPAR e UNISEP (União de Ensino do Sudoeste do Paraná)	Palestras na área de saúde, trabalho, economia

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Ações que as instituições realizam para saber quais são os cursos superiores de maior interesse de ingresso dos alunos do ensino médio: visitas às instituições de ensino superior da região; palestras; questionários e testes vocacionais e orientação.

Cursos superiores de maior interesse de ingresso dos alunos do ensino médio: Direito, Engenharias, Arquitetura, Fisioterapia e Agronomia.

Cursos profissionalizantes de maior interesse de ingresso dos alunos do ensino médio: Segurança no trabalho, Enfermagem, Informática, Administração, Eletricista, Encanador e Mecânico.

Avanços no ensino médio do Município: diminuição das taxas de evasão e reprovação; melhora nos índices do IDEB e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); ambiente escolar organizado e agradável; compromisso da equipe com os alunos e com a escola; recursos didáticos pedagógicos disponíveis na escola.

Principais problemas: evasão distorção/idade série; desinteresse pelo estudo de alguns alunos; reprovação; pouca participação da família na vida escolar de seus filhos; pouco trabalho coletivo.

Possíveis soluções: reformular a grade curricular numa perspectiva interdisciplinar; contextualizar conteúdos; introduzir metodologias inovadoras;

conhecer o aluno e sua realidade/valorizar; melhorar a integração família escola; elevar o desempenho acadêmico dos alunos; garantir gestão participativa; implantar sistemática de acompanhamento do desempenho dos alunos; promover com mais frequência a formação continuada aos profissionais da escola.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

O município de Marmeleiro não possui instituição de ensino superior, por isso os acadêmicos que buscam uma formação nesse nível de ensino, deslocam-se para municípios vizinhos como: Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Palmas, Flor da Serra do Sul e Ampére e ainda para outras regiões do estado e até mesmo para outros estados do Brasil.

Atualmente (2015), aproximadamente 320 acadêmicos estão matriculados em instituições de ensino da região com destaque para os seguintes cursos de graduação: administração, ciências contábeis, pedagogia, psicologia, direito, fisioterapia, agronomia, enfermagem, odontologia e engenharia civil, com maior demanda na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centro Sulamericano de Ensino Superior (CESUL); Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Faculdade de Pato Branco (FADEP) e União de Ensino do Sudoeste do Paraná (UNISEP).

Contudo, os cursos de pós-graduação mais procurados são os da área de educação e administração.

Desde o segundo semestre de 2006, o Município oferece auxílio transporte aos acadêmicos que cursam o ensino superior e que estudam em instituições, localizadas fora do Município. Os mesmos são beneficiados com aproximadamente 40% do valor gasto com o transporte.

Os acadêmicos têm oportunidades de trabalhar como estagiários em alguns setores da Prefeitura de acordo com o curso que estão matriculados. A convocação é feita por meio de processo seletivo com prova, entrevista e análise de histórico escolar. Os classificados são chamados na ordem de aprovação, de acordo com as necessidades.

Quanto à viabilidade de se implantar cursos superiores e presenciais, no Município, constatou-se que, pela proximidade das várias universidades e faculdades, instaladas na região e pela falta de estrutura física, humana e financeira do Município, e, principalmente pela reduzida clientela existente, esta alternativa ainda está longe de se tornar realidade.

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

De acordo com os dados do IBGE realizado em 2010 no censo do município de Marmeleiro, o número de pessoas sem escolaridade chega a 997, ou seja, em torno de 10,6% da população total.

Do último censo até agora, foram realizados diversos mapeamentos para levantar dados a respeito dos adultos sem escolaridade, envolvendo a escola através da sondagem, a comunidade, os agentes de saúde e os professores da educação de jovens e adultos (EJA). Foram diagnosticados alguns casos, mas devido à idade, opção do próprio adulto, desinteresse, trabalho, difícil acesso e até a própria família, estas pessoas acabam por não voltar aos bancos escolares.

No ano de 2014, havia turmas que eram atendidas pelo programa Paraná Alfabetizado, tanto na zona urbana - Bairro Passarela, como na zona rural - Souza Naves (Linha Alto São Mateus e Manduri).

Nos últimos anos, as turmas do programa EJA não foram mais ofertadas, devido à falta de procura.

Os professores que atuaram nas turmas de EJA eram profissionais formados em sua área de atuação. O material, utilizado pelos alunos, eram apostilas, elaboradas por profissionais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), incluindo todos os conteúdos programáticos do ensino fundamental e médio. Além deste material, os professores trabalhavam com vídeos, livros, jogos, maquetes e mapas, com o objetivo de preparar aulas dinâmicas e atraentes, visando a melhor aprendizagem dos alunos.

6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os setores que mais empregam no Município são da Prefeitura, mecânicas e fábricas de alumínio. Porém, ainda existe um grande número de pessoas que não encontram emprego na cidade e que vão em busca de trabalho em outros municípios. Outro agravante é que o Município tem pouca oferta de cursos profissionalizantes.

Tabela 6.1. Situação empregatícia do Município, 2014-2015

Ano	Oferta de emprego	Encaminhamentos para trabalho	Demissões
2014	1.118	1.200	920
2015	120	140	77

Fonte: Departamento Recursos Humanos, 2015.

Tabela 6.2. Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município, 2014

Ano	Instituição promotora	Cursos	Parcerias	Público alvo
2014	PRONATEC	Atendente de farmácia	Agência do Trabalhador – Prefeitura Municipal de Marmeleiro – Parceira do Governo do Estado	Jovens
2014	PRONATEC	Pintor	Agência do Trabalhador – Prefeitura Municipal de Marmeleiro – Parceira do Governo do Estado	Jovens

Fonte: Departamento Recursos Humanos, 2015.

Sigla: PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Tabela 6.3. Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes, 2015

Ano	Instituição promotora	Cursos	Parcerias	Público alvo
2015	PRONATEC	Torneiro	Agência do Trabalhador – Prefeitura Municipal de Marmeleiro – Parceira do Governo do Estado	Jovens
2015	APMI	Corte e Costura	Agência do Trabalhador – Prefeitura Municipal de Marmeleiro – Parceira do Governo do Estado	Público em geral

Fonte: Departamento Recursos Humanos, 2015.

Com a escassez de mão de obra especializada no país, os cursos técnicos se tornaram aliados das empresas. A educação técnica é um poderoso vetor de

promoção social, que possibilita a cidadania do público jovem, recém-saído do ensino médio, ampliando possibilidades e criando condições de desenvolvimento econômico. Por isso, o município de Marmeleiro necessita criar mecanismos para ampliar a oferta de cursos profissionalizantes, visando garantir melhor qualidade de mão de obra.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 Atendimento na Instituição Especializada

A educação especial está sendo consolidada sobre novos paradigmas que sinalizam para uma sociedade inclusiva, orientada por relações de respeito e acolhimento às diversidades e a aceitação das diferenças individuais.

Fica evidente desta forma, o atendimento especializado e de apoio ao aluno com deficiência, transtorno funcional específico, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Estudo divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) revela que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo apresenta algum tipo de deficiência: uma em cada cinco (entre 110 milhões e 190 milhões) têm a vida dificultada por falta de condições.

De acordo com o relatório, poucos países implementaram nos últimos anos mecanismos que respondam às necessidades de quem vive com deficiência. As barreiras enfrentadas incluem discriminação, ausência de cuidados adequados à saúde e de serviços de reabilitação, e transportes e construções sem acessibilidade.

No Brasil, mais de 45 milhões de pessoas possuem alguma deficiência, segundo dados IBGE. Esse número representa quase 24% da população brasileira que encontram todos os dias dificuldades de locomoção, de integração no mercado de trabalho e de inserção social.

No Paraná, de acordo com dados do censo demográfico, a população paranaense é de 9.563.458 habitantes, levando em consideração que cerca de 10% da população apresenta algum tipo de deficiência, teríamos 956.345 de pessoas com deficiência.

No Município, estima-se que, 5% da população, que é aproximadamente de 14 mil habitantes, apresenta algum tipo de deficiência.

No Município, a instituição que oferta a educação especial é a Escola Entre Amigos, tendo como mantenedora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marmeleiro (APAE).

A Escola foi fundada em 02 de outubro de 1989, com sede própria desde 19 de fevereiro de 1995. Atualmente (2015), possui dez salas no prédio escolar e três no prédio da oficina/marcenaria.

A Escola oferta:

- educação infantil: Educação Essencial de zero a três anos e onze meses e pré-escolar de quatro a cinco anos e onze meses;
- ensino fundamental: Escolarização Inicial, Escolarização de Jovens e Adultos e Programas Pedagógicos Específicos;
- Educação Profissional – Nível Básico: Iniciação Profissional;

- Colocação no Trabalho.

O atendimento dos alunos da Escola Entre Amigos estende-se às famílias, com visitas domiciliares, ao atendimento psicológico individualizado, à integração com as escolas regulares, por meio de oficinas pedagógicas, com a comunidade em geral.

Em 2015, a Escola atende 8 alunos na educação infantil, 51 no Ensino Fundamental e 87 na Educação Profissionalizante. Destes, 33 frequentam a Escola em período integral, conforme mostra a tabela 7.1.

Tabela 7.1. Total de alunos atendidos, por tipo de programas e turnos, 2011 - 2015

Níveis / Modalidades	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Educação Infantil (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	03	01	06	01	08	01
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Infantil (4 a 6 anos)	M	21	03	16	02	18	02	15	02	01	01
	V	28	05	26	08	24	04	23	03	03	01
	I	08	-	09	-	12	-	15	-	-	-
Ensino Fundamental	M	23	04	34	04	28	04	22	04	20	05
	V	31	05	36	05	37	05	28	04	27	08
	I	10	-	07	-	09	-	08	---	18	-
Educação Profissional	M	33	04	34	04	24	04	36	04	43	04
	V	42	05	42	05	37	06	38	05	44	05
	I	02	-	10	-	08	-	09	-	15	-
Total		198	26	214	28	200	26	200	23	179	25

Fonte: Escola Entre Amigos, 2015.

Tabela 7.2. Total de alunos atendidos na Escola Entre Amigos, 2015

Deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Número de alunos		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Profissional
Deficiência Intelectual	08	35	43
Outras: Multideficiências	01	04	06
Total	09	39	49

Fonte: Escola Entre Amigos, 2015.

A Instituição de ensino procura aprimorar os espaços e acolher bem os profissionais da educação, alunos, pais e demais membros da comunidade. Para tanto, conta com sala de professores, equipe pedagógica, secretaria, sala de televisão e/ou DVD e espaço amplo e agradável para reuniões.

Também conta com boas instalações na cozinha, despensa para alimentos, refeitório, sanitários para os alunos e amplo espaço para as oficinas de artesanato e marcenaria.

Os professores e funcionários têm acesso à internet, material de apoio pedagógico também para uso dos alunos. Os mobiliários são adequados conforme a faixa etária dos mesmos.

Verifica-se que a Escola necessita de ampliação do acervo bibliográfico, melhorias no almoxarifado, na sala da direção, sanitários de uso dos professores e demais funcionários, no depósito de botijão de gás e de lixo. O laboratório de informática necessita de melhorias, principalmente no que se refere ao acesso à internet para os alunos.

Quanto à acessibilidade, ainda necessita de algumas adequações para suprir as necessidades dos alunos. A escola também, não possui quadra coberta, piscina e laboratório de ciências.

Tabela 7.3. Infraestrutura da Escola Entre Amigos, 2015

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica	-	X	-	-	-
Água filtrada ou tratada	-	X	-	-	-
Esgoto	-	-	X	-	-
Sala de direção	-	-	-	X	-
Sala para Equipe Pedagógica	-	X	-	-	-
Secretaria	-	X	-	-	-
Sala de professores	-	X	-	-	-
Sala de reuniões	-	X	-	-	-
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	-	-	-	X
Auditório	-	-	-	-	X
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	-	-	-	-	X
Almoxarifado (material escolar)	-	-	-	X	-
Refeitório	-	-	X	-	-
Depósito (material de limpeza)	-	-	-	-	X
Depósito de botijão de gás	-	-	-	X	-
Depósito de lixo	-	-	-	-	X
Cozinha	-	-	X	-	-
Despensa (alimentos)	-	-	X	-	-
Instalações sanitárias – alunos	-	-	X	-	-
Instalações sanitárias – funcionários/docentes	-	-	X	-	-
Pátio coberto	-	-	X	-	-
Campo esportivo	-	-	-	-	X
Quadra de esportes coberta	-	-	-	-	X
Piscina	-	-	-	-	X
Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)	-	X	-	-	-
Laboratório de informática	-	-	-	-	X
Laboratório de ciências	-	-	-	-	X
Acesso à internet para alunos	-	-	X	-	-
Acesso à internet para professores e funcionários	-	-	X	-	-
Mobiliário adequado à faixa etária	-	-	X	-	-
Material pedagógico de apoio ao aluno	-	X	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao professor	-	X	-	-	-
Adequação às características das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	-	-	X	-	-

Fonte: Escola Entre Amigos, 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

Quanto à formação acadêmica dos professores que atuam na Escola, todos possuem formação em nível superior, com cursos de especialização e/ou estudos adicionais. A equipe técnica é formada por um médico psiquiatra, uma psicóloga, uma fonoaudióloga, um fisioterapeuta, uma assistente social e um terapeuta ocupacional, uma diretora, dois professores pedagogos, um secretário escolar e um auxiliar administrativo. Ainda fazem parte do quadro dos serviços gerais: duas merendeiras, três auxiliares de serviços gerais e três zeladoras.

Verifica-se também, que a Escola não dispõe de docentes e funcionários suficientes para o bom atendimento e desenvolvimentos das atividades propostas.

Tabela 7.4. Recursos humanos da Escola Entre Amigos, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção	-	-	-	-	01	-	01
Vice-direção	-	-	-	-	01	-	01
Equipe Pedagógica	-	-	-	-	02	-	02
Docência	-	-	-	-	20	-	20
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	01	-	-	-	-	01
Merendeira	-	02	-	-	-	-	02
Auxiliar de Serviços Gerais	-	03	-	-	-	-	03
Zeladora (atendente)	-	03	-	-	-	-	03
Total	-	08	-	-	25	-	43

Fonte: Escola Entre Amigos, 2015.

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

O transporte escolar é realizado por ônibus. Ao todo, 59 alunos usam o transporte coletivo. Atualmente ele é insuficiente para a demanda e precisa de melhorias urgentes, pelo fato do mesmo motorista necessitar fazer duas linhas ao mesmo tempo, prejudicando os alunos que freqüentam a Escola, pois chegam atrasados e têm que sair antes do término do horário do encerramento das aulas.

Tabela 7.5. Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Escola Entre Amigos, 2015

Tipo Transporte	Número de alunos transportados por dia
Ônibus	59

Fonte: Escola Entre Amigos, 2015.

A Escola mantém, com a Prefeitura, um convênio de execução de serviços de assistência, a qual repassa um valor mensal de R\$ 2.759,72 destinado à ajuda de custo em relação a pagamento de luz, água, internet e telefone.

Ao longo dos anos, a Escola Entre Amigos, vem se consolidando sobre novos paradigmas que indicam a construção de uma sociedade inclusiva, acolhendo

e orientando pais, professores e comunidade em geral, que convivem com pessoas que necessitam de um atendimento especializado.

A Escola também conta com várias conquistas em relação ao aprendizado dos alunos e de recursos financeiros. A partir de 2010, a Escola recebeu recursos do programa "Todos Iguais pela Educação". Com este programa, as escolas básicas de educação especial, incluindo as APAEs, têm agora os mesmos direitos e recursos que as escolas da rede estadual de ensino.

Portanto, ao longo dos anos e através de muito esforço e dedicação a Escola Entre Amigos já alcançou resultados positivos, como o reconhecimento da instituição como escola; a valorização da educação na modalidade de educação especial e principalmente, no reconhecimento e valorização do potencial dos alunos nas diversas áreas do conhecimento e nas suas especificidades, proporcionando a inclusão educacional e social dos alunos.

Porém, verificam-se alguns problemas de ordem administrativa e financeira que a instituição de ensino enfrenta e que estão relacionados com transporte escolar, alimentação, recursos que chegam com muito atraso, tanto em nível federal, estadual como municipal.

7.2 Atendimento no ensino regular

As instituições de ensino que oferecem serviços especializados e de apoio encontram-se relacionadas na tabela 7.6.

Tabela 7.6. Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Em números					
	Classe especial		Sala de recursos multifuncionais		CAEDV	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal Padre Afonso	-	-	15	02	-	-
Escola Municipal D. Pedro I	11	01	-	02	-	-
Escola Municipal Perseverança	-	-	-	01	--	--
Colégio Estadual de Marmeleiro	-	-	14	01	06	01
Escola Estadual Telmo Octavio Müller Ensino Fundamental	-	-	15	01	-	-
Total	11	01	44	07	06	01

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; CAEDV – Centro de Atendimento Especializado Deficiência Visual.

A rede municipal de ensino possui cinco salas de recursos multifuncionais e pela demanda de alunos, apenas duas estão em funcionamento, sendo estas na Escola Municipal Padre Afonso, que por sua vez atende alunos das demais escolas municipais. Na Escola Municipal D. Pedro I também funciona uma classe especial que atende dez alunos oriundos das escolas municipais.

Na rede estadual de ensino, as escolas contam com apenas duas em funcionamento, sendo uma na Escola Estadual Telmo Octavio Müller e outra no Colégio Estadual de Marmeleiro.

O Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais (CAEDV) funciona no Colégio Estadual de Marmeleiro, atendendo alunos que apresentam baixa visão e/ou cegueira da rede municipal e estadual de ensino, bem como a comunidade em geral.

Segundo dados coletados, há nas salas de aula do ensino regular alunos que apresentam diagnóstico que indica deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Diante desta realidade, considera-se que há um número baixo de professores com especialização na área de educação especial ou inclusiva.

Tabela 7.7. Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015

Etapas / Modalidades de ensino	Quantidade de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Creche	02	02	01	-
Pré-escola	-	-	03	02
Ensino Fundamental (anos iniciais)	38	29	38	24
Ensino Fundamental (anos finais)	28	25	22	28
Ensino Médio	07	08	08	05
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-
Total	75	64	72	59

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 7.8. Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015

Deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Educação infantil		Ensino fundamental		Ensino Médio	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	Anos iniciais	Anos finais	Regular	Profissionalizante
Deficiência Intelectual	-	-	17	27	06	-
Deficiência Visual	01	01	03	-	01	-
Hiperatividade	-	-	05	05	-	-
Paralisia cerebral	-	-	01	-	02	-
Autismo/Síndrome de Asperger	-	01	01	01	-	-
Total	01	02	27	33	09	-

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 7.9. Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015

Formação	Número de professores		
	Rede municipal	Rede estadual	Rede privada
Formação Específica	10	14	04
Outra Formação	75	102	08
Total	85	116	12

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 7.10. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015

(continua)

Atendimento	Total de instituições que atendem o item		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Oferta às crianças da faixa etária de 0 a 3 anos a estimulação precoce.	-	-	-
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	X	X	X
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	X	-	-
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal.	-	X	X
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal.	X	X	-
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	-	-	-
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	X	X	X
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	X	X	X
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis superiores de ensino.	-	-	-
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	-	-	-

Tabela 7.10. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015

(encerra)

Atendimento	Total de instituições que atendem o item		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	X	-	X
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	X	X	X
No caso da existência de superdotados, a instituição de ensino desenvolve projetos de aceleração para estes alunos ou de enriquecimento curricular.	-	-	X
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	X	X	-

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Nas creches municipais, quando há diagnóstico de algum tipo de deficiência ou transtorno, é realizado o devido encaminhamento para que a criança seja atendida pelos órgãos competentes. Como na maioria das escolas as construções são antigas, procura-se adequá-las para atender as necessidades dos alunos, professores e comunidade em geral.

Na rede estadual, os alunos com dificuldades visuais são encaminhados para o CAEDV, localizado no Colégio Estadual de Marmeleiro. Quanto ao teste de acuidade auditiva, verificada a dificuldade, os alunos são encaminhados ao atendimento de fonoaudióloga na Escola Entre Amigos. As escolas ainda não possuem uma estrutura adequada de acordo com as normas de acessibilidade e falta material pedagógico para atender as especificidades. Quando possível se organizam as turmas menores de alunos para atender a legislação. É necessário definir coletivamente as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis superiores de ensino

Na rede privada, é realizado o teste de acuidade visual ou auditiva quando verificado o problema e sugerido aos pais ou responsáveis consultar um médico especialista nestas áreas. As escolas ainda não possuem uma estrutura adequada de acordo com as normas de acessibilidade e falta material pedagógico para atender as especificidades.

Na rede municipal de ensino, os avanços ocorridos nesta modalidade de ensino foram: a construção do Centro de Atendimento para Deficientes Visuais para atender alunos e população em geral que apresentam baixa visão e/ou cegueira e o repasse de orientações para professores e familiares dos deficientes visuais.

Na rede estadual, os professores estão mais conscientes sobre a diversidade e as especificidades de cada aluno e os cursos de formação continuada estão abordando com mais objetividade a inclusão.

Os principais problemas elencados pela rede municipal de ensino são: falta de conscientização dos pais ou responsáveis de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e funcionais específicos e altas habilidades/superdotação para aceitar a condição da criança e procurar levar nos encaminhamentos dados pelos profissionais que as avaliam. A rede estadual apontou como problemas a falta de orientação familiar para a vida escolar dos filhos que apresentam dificuldades na aprendizagem e alunos que desistem da escola para trabalhar.

Como ações prioritárias foram elencadas pelas redes de ensino: intensificar a integração família e escola e a conscientização dos pais, responsáveis e profissionais da educação para que saibam como observar e analisar comportamento, atitudes, desenvolvimento motor e cognitivo das crianças e quais os encaminhamentos necessários para cada situação. Para tanto, é necessário ampliar a oferta de formação continuada dos profissionais da educação na área de educação especial.

8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Os profissionais do magistério, da rede municipal de ensino são valorizados por meio da Lei nº 1.923, de 05 de abril de 2012, que instituiu o Plano de Carreira do Magistério.

A carreira do magistério é formada pelo cargo único de professor e seu ingresso acontece por meio de concurso público, cuja habilitação mínima, exigida é o ensino superior em pedagogia, ou curso normal superior, ou curso de licenciatura precedida de formação de magistério.

O Plano de Carreira prevê quatro classes de formação, identificadas pelas letras de “A” a “D”. A classe A corresponde aos profissionais do magistério que tenham concluído o ensino médio na modalidade normal; a classe B corresponde aos profissionais do magistério que tenham concluído o ensino superior em licenciatura plena; a classe C corresponde aos profissionais do magistério que tenham concluído o ensino superior em licenciatura, precedida da formação em nível de pós-graduação com no mínimo 360 horas; a classe D, corresponde aos profissionais do magistério que tenham concluído o ensino superior em licenciatura, precedida da formação em nível de pós-graduação em cursos de mestrado.

A jornada de trabalho é de 20 horas semanais, sendo 13 horas em sala de aula e sete de hora atividade, em que o professor prepara aulas, corrige os trabalhos dos alunos, realiza leituras e pesquisas. Estas horas são realizadas na própria escola e dentro do período em que o profissional trabalha.

A avaliação de desempenho, conhecimento e qualificação dos profissionais do magistério, são realizadas pelo Departamento Municipal de Educação, visando verificar a capacidade de trabalho, o desempenho na execução das tarefas, as aptidões e as características destes profissionais.

As funções de suporte pedagógico só podem ser exercidas por profissionais do quadro próprio do magistério. Neste ano (2015), 18 professores estão fora de sala de aula, exercendo as funções de suporte pedagógico.

O quadro geral dos profissionais da educação é composto por:

- 63 profissionais com nível superior na área de Pedagogia;
- 08 profissionais com nível superior na área de Letras;
- 05 profissionais com nível superior na área de Geografia;
- 04 profissionais com nível superior na área de Economia Doméstica;
- 04 profissionais com nível superior na área de Educação Física;
- 04 profissionais com nível superior na área de Ciências/Biologia;
- 03 profissionais com nível superior na área de História;
- 01 profissional com nível superior na área de Processamento de Dados;
- 01 profissional com nível superior na área de Estudos Sociais;
- 01 profissional com nível superior na área de Matemática;
- 01 profissional com nível superior na área de Física.

O último concurso foi realizado, em junho de 2014, não havendo no momento necessidade, diante do quadro apresentado, de novo concurso. Os professores aposentados somam um total de 17 profissionais, sendo que no momento não se tem uma projeção para os próximos anos de profissionais requerendo a aposentadoria.

9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

9.1 Financiamento

Todo plano de metas exige uma definição de custos, assim como, a identificação dos recursos disponíveis e das estratégias para a sua ampliação, seja por meio de uma gestão competente, seja por meio da criação de novas alternativas e fontes de recursos.

Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (MDE) devem representar os parâmetros para a formulação e implementação das metas educacionais.

Na tabela 9.1, observa-se os recursos aplicados do ano de 2013 a 2015, nas diferentes modalidades de ensino.

Tabela 9.1. Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Educação infantil	Ensino fundamental	Educação especial	Outros	Total
2013	958.186,64	7.456.432,07	30.460,00	431.524,74	8.876.603,45
2014	1.115.513,23	5.922.316,66	2.300,00	501.252,45	7.541.382,34
2015 (*)	968.000,00	5.789.545,00	57.000,00	657.700,00	7.472.245,00

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal de Marmeleiro. 2015.

(*) Previsão.

De forma genérica, os dispositivos constitucionais dispõem que 60% dos recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), devem ser aplicados na Educação Básica e 25% das receitas próprias (Imposto, Dívida Ativa, Multas e Juros) devem ser aplicados na Educação Básica e de responsabilidade do Município.

Tabela 9.2. Despesas com Educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015

Ano	Despesas Correntes (em valor e %)		Despesas de Capital (em valor e %)		Total Geral
	Pessoal	Outras	Obras e Instalações	Equipamentos e material permanente	
2013	4.026.276,39 45,36%	2.614.676,85 29,45%	386.529,74 4,35%	1.849.120,67 20,84%	8.876.603,65
2014	4.870.093,40 64,58%	2.204.698,91 29,23%	110.901,58 1,48%	355.688,45 4,71%	7.541.382,34
2015 (*)	4.498.000,00 60,20%	2.882.245,00 38,57	-	92.000,00 1,23%	7.472.245,00

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

(*) Previsão.

Outra fonte significativa adicional para a educação é o salário-educação, contribuição empresarial, arrecadada pelo governo federal, que retém um terço

destinado ao FNDE e os dois terços restantes são distribuídos aos estados e municípios, segundo critérios e legislação própria.

O Município deve aplicar, obrigatoriamente, 25% da arrecadação em educação, tendo em conta que, no exercício de 2014 foram investidos 25,47% dos recursos orçamentários na educação.

Tabela 9.3. Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015

Indicadores Legais	2013	2014	2015 (previsão)
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE	28,95%	25,47%	25%
Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério	84,59%	86,33%	94,34%
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério	14,30%	8,76%	5,66%
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício	1,11%	4,91%	-

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

Tabela 9.4. Indicadores de educação, 2013 – 2015

Indicadores	2013	2014	2015 (previsão)
Total de matrículas providas pelo Município	1.250	1.280	1.160
Total de usuários do transporte escolar municipal	572	561	529
Total de Atendidos com a Merenda Escolar Municipal	1.250	1.280	1.160
Gastos com educação – recursos próprios	-	-	-
Gastos com educação – recursos FUNDEB	3.174.588,19	3.556.864,17	3.320.700,00
Gastos com educação – recursos de outras fontes	5.702.015,46	3.984.518,17	4.151.545,00
Total de gastos com educação	8.876.603,65	7.541.382,34	7.472.245,00
Quantidade de docentes	100	106	109
Total de docentes pagos com recursos do FUNDEB	94	99	104
Total de gastos com pagamento de docentes do FUNDEB	2.717.077,94	3.232.364,17	3.133.000,00
Total de servidores na educação	169	153	171

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

Todos estes recursos, destinados à educação, são controlados pelo Departamento de Finanças da Prefeitura e pelo dirigente municipal de educação.

Para melhor visualização, os recursos destinados à manutenção do ensino no Município, estão sintetizados nas tabelas a seguir.

Tabela 9.5. Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015

(continua)

Títulos Orçamentários	2013	2014	2015
Impostos			
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano	708.623,95	783.816,20	801.200,00
Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza	434.130,85	504.740,82	419.700,00
ITBI - Imposto sobre Transferências de Bens Imóveis	646.136,72	627.906,01	550.000,00
ISS – Imposto Sobre Serviços	901.029,36	1.003.329,23	855.700,00
Receita patrimonial			
Remuneração Depósitos Especiais – FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica)	9.603,53	35.062,33	20.700,00
Remuneração Depósitos Especiais – Educação	36.590,44	31.236,78	12.050,00
Transferências correntes			
Cota-Parte do FPM – Fundo de Participação dos Municípios	10.851.806,17	11.654.788,54	12.600.000,00
Cota-Parte do ITR – Imposto Territorial Rural	16.270,05	16.955,63	5.700,00
Transferência Financeira LC 87/96 (Lei Complementar)	80.738,42	81.312,96	286.200,00
Cota-Parte do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Bens e Serviços	8.601.201,49	9.541.998,81	11.300.000,00
Cota-Parte do IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos automotores	1.262.022,05	1.459.668,82	2.460.000,00
Cota-Parte do IPI-E (Imposto sobre Produtos Industrializados – Exportações)	138.323,42	156.894,96	280.500,00
Outras receitas correntes			
Multas e Juros de Mora dos Tributos	12.885,07	21.403,42	23.750,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	59.199,97	76.780,12	100.800,00
Receita de Dívida Ativa Tributária	140.509,72	190.161,71	276.500,00
Cancelamento de Restos a Pagar	12.518,29	24.221,48	0,00
Convênios			
Salário Educação	285.427,82	361.974,76	309.500,00

Tabela 9.5. Recursos públicos destinados à educação, 2013 – 2015

(encerra)

Títulos Orçamentários	2013	2014	2015
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	83.882,13	102.410,94	69.100,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar – Creche	20.000,00	21.600,00	34.600,00
FNAS – PAC (Fundo Nacional de Assistência Social – Programa de Aceleração do Crescimento)			
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	124.654,47	106.871,55	160.200,00
Receitas do FUNDEB			
Transferências de Recursos do FUNDEB	3.197.806,89	3.722.758,30	3.311.500,00
Totais	27.623.760,81	30.525.893,37	33.877.700,00
Percentuais			
25% da Educação (Impostos, IPVA, ITR, Dívida Ativa, Multas e Juros)	704.524,68	775.483,07	851.900,00
5% da Educação (FPM, ICMS, IPI, LC 87/96)	1.047.518,08	1.145.580,99	1.346.620,00
Total de recursos 25% e 5%	1.752.042,76	1.921.064,06	2.198.520,00

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

9.2 Gestão

O Município, através do Departamento Municipal de Educação e Cultura, oferece, em sua rede, a educação infantil e o ensino fundamental (anos iniciais e suas modalidades), totalizando 1.298 alunos, matriculados, no ano de 2015, distribuídos nas sete escolas municipais e nos dois centros municipais de educação infantil.

O Departamento Municipal de Educação e Cultura, funciona no segundo piso da Prefeitura, com espaço, recursos tecnológicos e humanos adequados para a execução dos processos gerenciais. Praticamente todas as ações do Departamento estão informatizadas, desde o Sistema Estadual do Registro Escolar (SERE), com o cadastro dos alunos e informações associadas, como a gestão de alimentação escolar, a divisão de recursos, o apostilamento, os materiais pedagógicos e o controle dos recursos do FUNDEB.

Trabalham no Departamento Municipal de Educação e Cultura: o dirigente da educação, uma documentadora escolar, três coordenadoras educacionais, um responsável pelo transporte escolar, 13 motoristas, uma nutricionista, uma funcionária nos serviços gerais, uma telefonista, uma psicóloga e uma psicopedagoga.

O projeto político pedagógico das instituições de ensino é elaborado em conjunto com a comunidade escolar, de acordo com a realidade de cada escola. A escolha dos diretores das instituições de ensino acontece através de uma consulta à comunidade escolar.

Aos professores da rede municipal de ensino é oferecida formação continuada nas diversas disciplinas, conforme sugestões dos mesmos, proporcionando uma formação sem custo pessoal e levando a uma melhoria significativa no rendimento do aprendizado dos educandos. Também são oferecidas, anualmente aos profissionais da educação palestras sobre os mais diversos temas como: autoestima, valorização, entre outros.

Os órgãos colegiados que dão suporte à educação e que encontram-se instituídos no Município são:

- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB: criado em 27 de abril de 2007, pela Lei nº 1.310/07 e composto pelos seguintes representantes: dois do poder executivo municipal, um representante dos professores das escolas públicas municipais, um dos diretores das escolas municipais, um dos servidores administrativos das escolas municipais, dois dos pais de alunos das escolas municipais, um do Conselho Municipal de Educação e um do Conselho Tutelar. Cada membro titular possui um suplente.
- Conselho Municipal de Alimentação (CAE): criado em 20 de agosto de 1999, pela Lei nº 995. É composto por um membro efetivo e um suplente, com representação do Departamento Municipal de Educação e Cultura, do poder legislativo, dos professores, pais e alunos e outros segmentos da sociedade local que realizam fiscalização quanto à aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar.
- Conselho Municipal de Educação: criado, em 05 de abril de 2004, pelo Decreto nº 1302. Este órgão colegiado é composto por um ou dois membros titulares e um ou dois suplentes com representação dos poderes executivo e legislativo, Departamento Municipal de Educação e Cultura, servidores administrativos, rede pública estadual, modalidade regular e especial e APMFs. O mandato dos conselheiros tem duração de dois anos.

O Departamento Municipal de Educação e Cultura desenvolve projetos de Saúde Docente, Professores Artistas, além de Oficinas de Teatro e Informática,

O Município não utiliza livro didático, mas o apostilamento do Sistema Aprende Brasil, do Positivo. As apostilas dos alunos, apostilas dos professores e as agendas dos alunos, são adquiridas com recursos da educação.

O Departamento possui autonomia quanto à gestão financeira dos recursos destinados à educação, acompanhando-os mês a mês, e procurando atender as necessidades das escolas.

A merenda escolar, oferecida pela Prefeitura em convênio com o FNDE, para as escolas municipais e os centros municipais de educação infantil, é composta por um cardápio que possui qualidade nutricional em quantidade suficiente para suprir as necessidades das crianças durante sua permanência no ambiente escolar, contribuindo, assim, para proporcionar condições para um bom aprendizado.

A mesma é preparada na própria escola pelas merendeiras, que participam, anualmente de treinamentos específicos para o manuseio e o preparo dos alimentos. Além disso, são orientadas e supervisionadas por uma nutricionista, que prepara o cardápio semanal. Existe um local específico para armazenar os alimentos perecíveis, os quais são repassados para as escolas de acordo com a necessidade. Os alimentos são fornecidos pelas empresas por meio do processo de licitação.

Tabela 9.6. Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015

Ano	Valor Total	Repasso Federal	% Investido pela Prefeitura
2013	209.835,58	105.567,09	104.268,49
2014	246.444,87	96.503,28	149.941,59
2015	264.200,00	103.700,00	160.500,00

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

O transporte escolar está estruturado de forma que sejam atendidos todos os alunos da educação infantil e do ensino fundamental que residem na zona rural e urbana e necessitam estudar. O sistema funciona com frota própria, com motoristas concursados e contratados pelo Município, além de convênio, firmado com o governo do estado para o transporte de alunos que frequentam os colégios estaduais.

Tabela 9.7. Transporte escolar anual de alunos, 2013 – 2015

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Outros	Total
2013	572	653	50	1.275
2014	561	645	50	1.256
2015	529	636	49	1.214

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

Tabela 9.8. Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015

Ano	Próprios	Estaduais	Quota salário educação	Fundef	MDE	Outros	Total
2013	46.517,69	191.190,00	17.777,44	361.701,00	48.815,00	126.725,11	792.726,24
2014	240.418,18	41.286,00	-	-	44.600,00	121.850,00	448.554,18
2015	225.000,00	140.000,00	-	-	35.000,00	115.200,00	515.200,00

Fonte: Departamento de Finanças da Prefeitura de Marmeleiro, 2015.

IV - METAS E ESTRATÉGIAS

As metas apresentadas a seguir são propostas do Plano Nacional de Educação, porém as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Marmeleiro.

EDUCAÇÃO INFANTIL

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 1.1) Expandir o atendimento da educação infantil da rede municipal de ensino segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades do Município. *
- 1.2) Buscar a adesão aos programas nacionais de construção e reestruturação de escolas e creches municipais, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas municipais de educação infantil. *
- 1.3) Realizar, periodicamente, em parceria com as áreas da assistência social e saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- 1.4) Estabelecer, por meio do Departamento Municipal de Educação, normas, procedimentos e prazos para definição do quantitativo da demanda das famílias por creches.
- 1.5) Assegurar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil em tempo integral, para crianças de zero a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- 1.6) Assegurar, na rede municipal de ensino, a avaliação da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. *
- 1.7) Promover, na rede municipal de ensino, continuamente a formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior. *

- 1.8) Assegurar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, cursos de aperfeiçoamento oferecidos aos profissionais da educação e profissional especializado na área de atendimento para acompanhar esses alunos. *
- 1.9) Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade.
- 1.10) Garantir o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos municipais que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e que preservem as especificidades desta etapa de ensino. *
- 1.11) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. *
- 1.12) Estimular o acesso de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos.

ENSINO FUNDAMENTAL

META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 2.1) Apoiar e colaborar com a construção da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, que o MEC irá elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação. *
- 2.2) Colaborar com a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. *
- 2.3) Assegurar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

- 2.4) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. */**/**
- 2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.6) Desenvolver, na rede municipal de ensino, estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.
- 2.7) Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região. **/**
- 2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural. ***
- 2.9) Viabilizar mecanismos de aproximação teórico-metodológica, entre o primeiro e segundo segmento do ensino fundamental, promovendo políticas educacionais de integração. **/**
- 2.10) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias. ***
- 2.11) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais. **
- 2.12) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal. **

ENSINO MÉDIO

META 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 3.1) Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. **
- 3.2) Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população do Município.**
- 3.3) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. */**
- 3.4) Contribuir para a implementação de políticas de prevenção à evasão no ensino médio motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. **
- 3.5) Fomentar, junto ao Estado, programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.**
- 3.6) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.**
- 3.7) Fomentar a participação dos jovens no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como critério de acesso à educação superior. */**
- 3.8) Apoiar as instâncias colegiadas como Grêmios Estudantis, Conselho Escolar e APMF, criando mecanismos de dinamização entre as redes de ensino, de forma a efetivar a atuação destes órgãos e fortalecer a gestão democrática. **

EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 4.1) Garantir, na rede municipal de ensino, a oferta da educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.
- 4.2) Estimular a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno funcional específico e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 4.3) Manter as salas de recursos multifuncionais, classe especial, Centro de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual (CAEDV) e fomentar a formação continuada para todos os profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas. ***
- 4.4) Garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação e ouvidos a família e o aluno. ***
- 4.5) Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, aos alunos diagnosticados com altas habilidades ou superdotação. */***
- 4.6) Firmar parceria com o Centro de Atendimento Especializado na Área da Surdez (CAES), em funcionamento no Colégio Eduardo Virmond Suplicy, na cidade de Francisco Beltrão, para ofertar a educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a 17 anos, nos termos da legislação em vigor. ***
- 4.7) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de

assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. */***

- 4.8)** Ampliar, quando necessário, na rede municipal de ensino, as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, conforme as especificidades dos alunos e apresentação de laudo médico de especialista na área de neurologia ou psiquiatria e de acordo com a legislação vigente.
- 4.9)** Buscar parcerias com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino. ***
- 4.10)** Buscar parcerias com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino. ***
- 4.11)** Buscar parceria com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. ***
- 4.12)** Garantir a oferta do atendimento educacional especializado nos Centros de Atendimento Especializados aos alunos matriculados na rede pública de educação básica, em conformidade com a legislação em vigor. ***

ALFABETIZAÇÃO

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 5.1)** Estruturar, na rede municipal de ensino, os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

- 5.2) Instituir instrumentos de avaliação específicos na rede municipal de ensino, para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental.
- 5.3) Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. ***
- 5.4) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores da rede municipal de ensino, para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, e ações de formação continuada de professores para a alfabetização. *
- 5.5) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. ***

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta gradativa de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. */***
- 6.2) Assegurar que as escolas públicas municipais tenham padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral. *
- 6.3) Buscar a adesão ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. *
- 6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos do Município. **/**

- 6.5)** Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica.

- 6.6)** Adotar, na rede municipal de ensino, medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. *

IDEB

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Marmeleiro	6.2	6.4	6.6	6.9
Anos Finais do Ensino Fundamental – Marmeleiro	5.3	5.5	5.8	6.0

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 7.1)** Assegurar, na rede municipal de ensino, processo contínuo de autoavaliação das escolas, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
- 7.2)** Assegurar que a maioria dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, alcance nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. *
- 7.3)** Executar, em regime de colaboração com a União, o Plano de Ações Articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação municipal, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. *
- 7.4)** Assegurar, na rede municipal de ensino, as políticas públicas de forma a buscar atingir as metas do IDEB, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo as desigualdades gradativamente. *

- 7.5)** Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando o acesso público às informações em sites oficiais do Município. *
- 7.6)** Incentivar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem. ***
- 7.7)** Garantir transporte gratuito para todos os estudantes que moram na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento. */**
- 7.8)** Universalizar, na rede municipal de ensino, até o quinto ano de vigência deste PME, com a colaboração da União, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. *
- 7.9)** Apoiar a gestão escolar, incentivando a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. ***
- 7.10)** Assegurar aos alunos da rede municipal de ensino, em colaboração com a União, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. *
- 7.11)** Assegurar a todas as escolas públicas municipais o acesso a energia elétrica e abastecimento de água tratada, e garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de informática e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. *
- 7.12)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas municipais, visando à equalização regional das oportunidades educacionais. *
- 7.13)** Prover, na rede municipal de ensino, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar às escolas municipais, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas escolares, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. *
- 7.14)** Informatizar a gestão das escolas públicas municipais e do Departamento Municipal de Educação e Cultura, bem como aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico do Departamento Municipal de Educação e Cultura. *

- 7.15)** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. **/**
- 7.16)** Garantir políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **/**
- 7.17)** Garantir nos currículos escolares, da rede municipal de ensino, conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-Brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. *
- 7.18)** Fomentar a educação escolar do campo, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural. ***
- 7.19)** Mobilizar, através das escolas, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. ***
- 7.20)** Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. *
- 7.21)** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 7.22)** Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional. ***
- 7.23)** Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, visando fortalecer as políticas públicas e orientar as práticas pedagógicas. **/**

- 7.24)** Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. ***
- 7.25)** Aderir ao Programa Nacional de Formação de Professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional. *
- 7.26)** Estabelecer políticas de estímulo às escolas municipais que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 8.1)** Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. */**/**
- 8.2)** Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. **/**
- 8.3)** Incentivar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados. **
- 8.4)** Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino. **/**

- 8.5)** Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude. ***

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 9.1)** Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, sempre que houver demanda. */**
- 9.2)** Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos. **
- 9.3)** Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. */**
- 9.4)** Buscar a adesão ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização. *
- 9.5)** Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil. **
- 9.6)** Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade. **
- 9.7)** Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde. */**/**
- 9.8)** Incentivar a implementação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. ***
- 9.9)** Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. **

- 9.10)** Aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, de forma que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. */**
- 9.11)** Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. */**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 10.1)** Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. */**
- 10.2)** Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. */**
- 10.3)** Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância. */**
- 10.4)** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.5)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência. */**/**
- 10.6)** Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos. **/**

- 10.7)** Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. **/**
- 10.8)** Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos. **

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 11.1)** Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita. **
- 11.2)** Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 11.3)** Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. **

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 12.1)** Estimular a ampliação da oferta de estágio qualificado na rede municipal como parte da formação na educação superior.

- 12.2) Assegurar ações de incentivo à mobilidade estudantil para as instituições de educação superior da região, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior. *
- 12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica. *
- 12.4) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. *

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 13.1) Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 14.1) Incentivar, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.
- 14.2) Solicitar às Instituições de Ensino Superior da região a expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 15.1) Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação da rede municipal, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica. *
- 15.2) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação da rede municipal de outros segmentos que não os do magistério. */**
- 15.3) Dar continuidade à política de formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de outros segmentos que não os do magistério. **

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 16.1) Garantir, em regime de colaboração, que todos os professores da rede municipal de ensino tenham formação continuada, e fomentar a oferta de pós-graduação por parte das instituições de educação superior existentes na região, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município. *
- 16.2) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. *
- 16.3) Aderir ao programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, fortalecendo a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 17.1)** Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público municipal, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 18.1)** Assegurar, na rede municipal de ensino, que até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- 18.2)** Assegurar, na rede municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais iniciantes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
- 18.3)** Buscar a adesão à prova nacional na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública. *
- 18.4)** Assegurar, na rede municipal de ensino, aos profissionais do magistério, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*.
- 18.5)** Assegurar, na rede municipal de ensino, a existência de Comissão Permanente de profissionais da educação, para subsidiar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira de acordo com as mudanças da legislação educacional. *

GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 19.1)** Considerar, para a nomeação dos diretores de escola da rede municipal de ensino, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.
- 19.2)** Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. */***
- 19.3)** Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME.
- 19.4)** Fortalecer, na rede municipal de ensino, as associações de pais, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.
- 19.5)** Manter os conselhos escolares na rede municipal de ensino e fortalecer o Conselho Municipal de Educação, visando dinamizar estes colegiados como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.
- 19.6)** Estimular, na rede municipal de ensino, a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.
- 19.7)** Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede municipal.

- 19.8)** Assegurar a oferta de cursos de formação para os gestores escolares municipais, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções. *

FINANCIAMENTO

META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 20.1)** Destinar, na forma da lei, à manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos. *
- 20.2)** Assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a manutenção dos dados nos portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. *
- 20.3)** Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação dos impostos municipais.
- 20.4)** Implementar o custo aluno qualidade (CAQ) nos termos da legislação em vigor.*
- 20.5)** Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica. *
- 20.6)** Garantir o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino na rede municipal.
- 20.7)** Assegurar mecanismos destinados ao cumprimento previsto na legislação educacional que definem os gastos que podem e os que não podem ser incluídos como manutenção e desenvolvimento do ensino na rede municipal.
- 20.8)** Assegurar que o Órgão Municipal de Educação tenha plena autonomia na gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino de sua rede.
- 20.9)** Estabelecer a previsão orçamentária nos planos plurianuais para dar cumprimento às metas constantes no Plano Municipal de Educação.
- 20.10)** Realizar campanhas educativas anuais para conscientizar a população da importância de pagar seus impostos em dia, implementando projetos voltados a esta conscientização nas instituições de ensino do Município, objetivando que a clientela estudantil possa disseminar a ideia junto ao ambiente familiar.

- 20.11)** Assegurar mecanismos que visem a dinamização dos órgãos colegiados da educação (associações e conselhos), com orientações e definições de suas atribuições em relação às instituições escolares, promovendo anualmente, encontros, debates e palestras aos seus membros.
- 20.12)** Assegurar, para a rede municipal de ensino, o atendimento de profissionais como psicólogo, fonoaudiólogo, nutricionista e pedagogo, como forma de garantir o apoio necessário aos educandos e suas famílias.
- 20.13)** Garantir a constante manutenção das estradas do Município e dos veículos utilizados no transporte escolar, de forma a oferecer a todos os alunos, principalmente da zona rural, um transporte escolar com segurança e conforto.*

(*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento desta Estratégia, ao que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Marmeleiro, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do

PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

SITES CONSULTADOS

<http://www.marmeleiro.pr.gov.br/>

www.facebook.com/marmeleiopr

www.inep.gov.br